

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GUILHERME LUIZ KRUCINSKI TORTELLI

**BURGUESIA GAÚCHA, NAS PÁGINAS DA REVISTA DEMOCRACIA
E EMPRESA, FRENTE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA
CIVIL-MILITAR (1964-1968)**

Porto Alegre
2014

GUILHERME LUIZ KRUCINSKI TORTELLI

**BURGUESIA GAÚCHA, NAS PÁGINAS DA REVISTA DEMOCRACIA E
EMPRESA, FRENTE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1968)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História, da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção da
graduação de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre
2014

AGRADECIMENTOS

O trabalho de conclusão de curso é uma importante oportunidade para utilizarmos parte dos conhecimentos e experiências que tivemos acesso durante a graduação. Contudo, também é oportunidade de refletirmos sobre as escolhas e o tempo investido nesse processo, sobre frustrações e realizações, sobre pessoas que marcaram esses anos. Aproveitaremos esse espaço para lembrarmos das pessoas, a autocrítica e a autoafirmação podem aguardar para outros momentos.

Começemos por uma referência institucional. Agradeço a oportunidade de ter estudado nessa universidade, que foi o centro gravitacional maior desses últimos anos, marcados por aprendizado e amadurecimento. Apesar das dificuldades que enfrenta, apresenta significativo padrão de qualidade e busca, de forma lenta e tortuosa, afirmar seu caráter público e democrático (ainda que, neste último praticamente só pelo acesso). Não compreendendo as instituições como seres etéreos, que pairam acima da sociedade, mas que dela são constituídas, por isso, não podemos agradecer egoísta e simplesmente, mas afirmarmos nosso compromisso em atuar para combater as injustiças e desigualdades sociais. Parece-me que é somente assim que se pode corresponder a ter tido o privilégio de sentar nos bancos do ensino superior.

Agradeço aos funcionários da universidade, que, com seu trabalho, geram as condições para o funcionamento da infra-estrutura básica. Agradeço aos professores empenhados em suas atribuições e responsáveis frente a elas, que, pelos indícios disponíveis, são a maioria, correspondendo a tão importante cargo público que ocupam. Agradeço diretamente ao professor Enrique, que representa a ala dos ótimos professores. Não faço essa menção individual por ter sido tão compreensivo orientador desse trabalho, mas por outros motivos, mais antigos e significativos. A elevada qualidade acadêmica é um desses motivos, mas, além dela, destaco e agradeço o exemplo que nos proporciona. Exemplo de pesquisa e ensino militante, de paixão pela educação, de comprometimento e respeito pelos estudantes. Enfim, exemplo de como ser professor.

Agradeço aos colegas, que proporcionaram grande aprendizado através do estranhamento gerado pela compreensão distinta, do contato com o novo, ou pela identificação com seus posicionamentos políticos, intelectuais e morais. Essa experiência foi

fundamental e lamento as vezes que não aproveitei ou não o fiz de forma intensa. Especialmente, fico feliz pela amizade de admiráveis colegas, que me proporcionam a possibilidade de ser uma pessoa melhor. Amizade que ganhou em cumplicidade e parceria nos últimos anos, inclusive nos últimos meses, quando a pesquisa e escrita do TCC geraram dúvidas e dificuldades. O glorioso Real Mito Futebol Profano foi importante ponto de encontro e alegrias, independente de ser o ex-pior time da história. Obrigado Fernanda, Fernando, Gustavo, Gustavo, Marcelo e Thierry e que venham novos momentos de glórias e alegrias!

Lembro com gratidão dos amigos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, com quem venho convivendo diariamente a mais de um ano. Além de amizade, construímos um importante trabalho com educação, que garantiu uma experiência muito importante e gratificante.

Agradeço aos amigos de Erechim, com quem foi possível manter laços fraternos a pesar das diferenças de compreensão do mundo e de nossa atuação dentro dele. Conviver com essas diferenças é enriquecedor, apesar de difícil. Não encontrei até agora melhor forma de efetuar embates ideológicos do que mantendo a amizade como elo de ligação, que dificulta o estranhamento total com o outro. De qualquer forma, agradeço a parceria constante.

Agradeço à Luana, companheira que me acompanhou e apoiou por mais de dois anos dessa caminhada. Querida pessoa que tornou os dias melhores e mais alegres.

Agradeço meus pais e meus irmãos, pelo apoio nos momentos de dificuldades e respeito às decisões escolhidas por mim. Especialmente agradeço minha mãe, pela dedicação enorme e altruísta com que buscou a criação de seus filhos. Agradeço os princípios morais repassados e construídos, que me fazem revoltar contra as injustiças e violências, que me fazem querer lutar por um mundo mais livre e igualitário.

RESUMO

O trabalho trata da primeira fase de institucionalização da ditadura civil-militar, compreendida entre os anos de 1964 e 1968. Buscamos discutir a participação de setores da sociedade civil nesse processo, através da análise da revista *Democracia e Empresa*, produzida de 1962 até 1971 pelo IPESUL. Depois de apresentar as linhas gerais defendidas pela revista, buscamos compreender o posicionamento expresso nesta sobre as transformações econômicas impostas ao estado do Rio Grande do Sul, para, em seguida, discutir a função da revista como formadora de consenso intra-classe, unificando setores distintos da burguesia gaúcha. A busca de referências na história econômica nos proporcionou condições de uma análise mais representativa do discurso produzido, que indicava para a importância fundamental do Estado como agente da economia. Percebemos diferenças no conteúdo dos artigos publicados, o que nos indica certa tensão e disputa analisamos. Isso é mais evidente após o golpe de 1964, quando os elementos comuns de aproximação passam a se enfraquecer e urge a construção de um projeto de sociedade. Dreifuss nos ajuda a evidenciar que os grupos mais influentes e poderosos, articulados nos IPES do Rio de Janeiro e de São Paulo, tiveram grande participação nesse momento, impondo um projeto que vinham desenvolvendo a anos, sob a influência do capitalismo multinacional e associado. Por outro lado, a burguesia que não tinha tanta proximidade com esse projeto buscou expressar certa resistência, mas que não poderia ter a pressão necessária. Falou mais alto a acomodação conservadora, que Florestan Fernandes nos ajuda a avaliar ser um elemento comum às classes dominantes nacionais, que unem-se contra a maioria da população, para manter o caráter dependente de seu desenvolvimento econômico. Por isso, a revista é compreendida como um mecanismo de formação de consciência de classe, que tem um claro caráter político e prático, que é defender a estabilidade social.

Palavras chave: Revista *Democracia e Empresa*; ditadura civil-militar; consenso burguês

SUMÁRIO

I. Considerações sobre historiografia e teoria

1. Considerações preliminares	9
2.1. Revista <i>Democracia e Empresa</i> e IPESUL	10
2.2. IPES na obra de René Dreifuss	14
3.1. Principais linhas explicativas sobre o golpe e ditadura	16
3.2. A partir de quais elementos compreendemos o golpe e a implementação da ditadura	20
4. Florestan Fernandes e a Revolução Burguesa no Brasil	22

II. Percepção do Estado, frente as transformações econômicas

1.1. Capitalismo monopolista, pelo lado de lá	27
1.2. Recepção interna das influências externas	29
2. Transformações econômicas do Rio Grande do Sul	30
3. PAEG	31
4. Relação Estado e economia nas revistas <i>DE</i>	33
5. Considerações finais	38

III. Formação do consenso burguês

1. Considerações preliminares	40
2. Violência e consenso	41
3. “Crise do poder burguês” e formação de coesão burguesa	43
4. Consenso para o golpe e sua manutenção	45
5. Aumento da influência do capitalismo monopolista	49
6. Considerações finais	52

Conclusões	54
-------------------------	-----------

Referências bibliográficas	58
---	-----------

Introdução

Em 2014, 50 anos após efetivado o golpe civil-militar, somos obrigados a acompanhar com espanto setores da sociedade brasileira comemorando o 31 de março e solicitando a volta dos militares. Isso evidencia, no mínimo, que a questão está aberta e em disputa, sendo utilizada de uma forma absurda por setores da direita. Cabe-nos o trabalho de informação para combater a desinformação. Numa sociedade marcada pelo silêncio e pelo medo, acreditamos que a busca pela memória é fundamental para a justiça, mas, também, para fazer avançar as transformações que necessitamos como sociedade. Compreender quais foram os caminhos que nos trouxeram até aqui parece ser uma forma fundamental de iniciar, sendo assim possível ressaltar a existência de um processo, dentro de uma totalidade que apresenta certas recorrências. Parece-nos fundamental ressaltar a importância da história como ferramenta para a ação. A produção do conhecimento histórico que se constrói sobre estatuto de cientificidade não é um panfleto político, mas com toda certeza não deixa de carregar projeções e posicionamentos políticos. A *neutralidade*, aponta para a defesa de uma posição contemplativa da realidade, quase nos retirando de dentro dela, para nos tornarmos seres etéreos e a-históricos. Não é interesse de quem busca transformar a sociedade mal a compreender, esconder seus principais elementos sob falsas tendências, porque isso significaria quase certo fracasso da prática. Talvez seja interesse de quem busca conservar criar cortinas de fumaças, que dificultem a análise e a prática (mas isso é apenas uma impressão, ainda que forte, uma impressão).

Nos últimos anos percebe-se o aumento das discussões sobre a ditadura, contudo, fica a impressão de que ainda temos muito a avançar. Talvez a expansão do distanciamento histórico esteja gerando novas condições para a discussão sobre o período, escapando um pouco de análises feitas *a quente*. Mas, parece claro o aumento de uma tendência que cresce, se baseando em menores recortes e em pontos de vista inovadores. Parece-nos (e isso pode estar equivocado), que avançar no conhecimento, o construindo em bases científicas, não precisa significar a negação da quase totalidade do que fora produzido, mas sim algo que se aproxima da busca de uma utilização crítica para eles. Nosso trabalho pretende discutir algumas questões que parecem ter caído no esquecimento para algumas tendências atuais. A corrente que alguns autores consideram como “revisionista”, nos auxiliou na aproximação da pesquisa sobre a atuação da sociedade civil no golpe e na ditadura. Parece-nos que uma

discussão importante a ser feita é sobre a participação de setores da sociedade civil na construção de determinado projeto de sociedade, que não era a única opção existente, mesmo não podendo ser explicada apenas conjuntamente.

As discussões sobre a participação civil no golpe parecem mais avançadas, sendo difícil questioná-la frente a tantos indícios. Contudo, a participação de civis durante a ditadura parece ser um campo em que se pode avançar. Nosso objetivo principal foi trabalhar com o posicionamento político da parte da burguesia gaúcha representada em uma importante organização da sociedade civil. O posicionamento político é compreendido como formação de consciência e preparação para a ação, que poderia ser direta ou indireta. Nossa fonte primária, uma revista dessa organização, também limitou a essa escolha. Os limites do trabalho permitiram que pudéssemos fazer apenas algumas referências às diferenças entre setores de uma mesma classe e entre regiões do país. A consideração disso é fundamental para que não caiamos em generalizações que excluam as particularidades e as possibilidades dos sujeitos históricos. Por outro lado, considerar os elementos gerais é indispensável para que possamos compreender devidamente essas particularidades. Buscamos o fino traço da dialética, apesar de nossa mão ainda pesada e de alguns rabiscos grosseiros.

Permeando todo o trabalho está a contribuição fundamental da vasta e complexa obra de Florestan Fernandes, que nos parece pouco utilizada nos trabalhos de história, se perdendo a possibilidade de usar um dos grandes pensamentos brasileiros. O utilizamos, sobretudo, em sua análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o que nos deu suporte para analisar a revista dentro de um processo de duração temporal mais ampla. Aproveitamos para fazer o destaque do trabalho de René Dreifuss, que veio do Uruguai para expor, sem dúvidas, a fundamental participação civil. Os conceitos que busca no marxista italiano Antonio Gramsci nos são muito importantes, ainda que não conseguimos trata-los diretamente como gostaríamos.

O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro trata de uma breve introdução ao tema, com exposição de elementos da discussão historiográfica que são caros aos nossos objetivos e exposição das linhas teóricas que serão utilizadas na sequência do trabalho. O segundo busca assentar na análise de elementos da economia, que nos parecem dar maior solidez à análise da revista. Nesse capítulo utilizamos a discussão sobre o Estado como o principal fio condutor. O terceiro e último trata da formação do consenso burguês no Brasil, que como buscaremos demonstrar, ocorre de uma forma conflituosa.

I. Considerações iniciais sobre historiografia e teoria

1. Considerações preliminares

Pretendemos expor neste capítulo as principais referências historiográficas e teóricas que nos auxiliaram na produção do problema de pesquisa e na sua realização. Até chegarmos ao objeto de pesquisa caminhamos trilhas tortuosas através de diversas leituras e experiências acadêmicas e não-acadêmicas. Não partimos de determinado elemento concreto para buscar explicações teóricas sobre ele, mas sim, de análises gerais do período e do tema que nos interessou, para, então, chegarmos ao concreto. Portanto, nosso olhar e nossas escolhas sofreram da influência do caminho que nos trouxe até aqui, e disso não podemos nos livrar. A apresentação dos elementos que guiam nossa pesquisa é fundamental para que possamos analisar essas marcas quando nos detivermos na fonte primária. Além disso, serve para negar qualquer discurso de imparcialidade, como se nos colocássemos completamente livres frente ao nosso objeto. É consensual a aceitação que a teoria está presente de forma consciente e inconsciente em cada escolha feita, inclusive, numa pesquisa científica. Obviamente é trabalho árduo desvendar e expor alguns elementos que utilizamos de forma acrítica, mas que possuem grande peso conceitual, assim como é difícil utilizar elementos teóricos diversos de uma forma coesa dentro de um trabalho. Como em toda experiência, os tropeços são mais constantes e, talvez, constrangedor no início, mas tentaremos tomar o cuidado para não incorrerem em graves deslizes.

A tensão entre o objeto de pesquisa e a teoria aparece como uma das principais questões à produção do conhecimento, sendo que, de forma recorrente, ressurge, obrigando-nos à reflexão. Compreendemos que as fontes devem ser questionadas a partir de certos posicionamentos teóricos, mas, também, que estes não podem ser impostos arbitrariamente sobre aquelas, tentando enquadrá-la em seus pressupostos. A partir disso, afirmamos que não concordamos em colocar o objeto como fonte absoluta do conhecimento, assim como discordamos de concepções demasiado idealistas que marginalizam a análise documental

frente a um corpus teórico. Concordamos, e tentaremos aplicar, um método que parta da análise do objeto para tentar compreendê-lo, para além de sua aparência visível, tocando suas determinações fundamentais. Pela proposta do trabalho e em respeito a nossa capacidade, não teremos como fazer esse exercício metodológico plenamente, ao que utilizaremos parte do conhecimento que já foi produzido para intermediar nossa pesquisa. Assim poderemos nos ater às questões que parecem mais pertinentes, podendo utilizar o caminho que já fora trilhado por outros pesquisadores. Parece-nos que essa escolha garante que o conhecimento empírico entre em tensão com o conhecimento teórico, proporcionando uma síntese que dê conta de melhor explicar o processo em questão. A prática da pesquisa nos revelou como esse é um método difícil de ser aplicado, o que proporcionou alguns desvios ao longo do trabalho.

Propomos começar por uma totalidade menos abrangente, que está mais próxima do concreto e de nosso objeto de estudo, seguindo progressivamente para os elementos de mais complexos e maiores abstrações. Dessa forma, iniciamos apresentando nossa fonte e objetivos. Em seguida exporemos duas pesquisas que nos proporcionaram os elementos básicos para entendimento da atuação do IPES e, especificamente, do IPESUL. A seguir algumas das mais destacadas linhas historiográficas que buscam explicar a eclosão do golpe e a formação da ditadura. A partir dessa retomada da historiografia, poderemos expor nossa compreensão sobre esse processo. Por fim, apresentaremos as definições de Florestan Fernandes que são caras ao nosso trabalho, especialmente sua contribuição para pensar a formação do capitalismo no Brasil, que compreende como um processo de capitalismo dependente.

2.1 Revista *Democracia e Empresa* e IPESUL

Utilizaremos como principal fonte primária a revista *Democracia e Empresa*, publicada de 1962 até 1969, pelo IPESUL¹. Depois dessa data, a revista é renomeada, passando a se chamar *Desenvolvimento e Empresa*, durando cinco edições, até março de 1971, quando tem sua publicação encerrada². Nossa análise será centrada no período de 1964 até 1968 (respectivamente: início da ditadura civil-militar e ano de instauração do AI-5), portanto não iremos trabalhar com a revista a partir de quando é renomeada. Realizamos a

¹ O IPESUL é fundado em 23 de março de 1962, acreditamos não ser coincidência sua criação após cerca de sete meses da Campanha da Legalidade. Buscaremos desenvolver, na sequência do trabalho, o porquê.

² MORAES (2012) p. 6.

leitura da totalidade das revistas *DE* apesar de ultrapassarem o período selecionado, pois isso nos permitiu ter uma compreensão de sua totalidade, o que proporciona a percepção de transformações ou continuidades. A escolha temporal parte da compreensão de que o período de 1964 até 1968 se constitui como a primeira fase de institucionalização da ditadura civil-militar³. Essa primeira fase nos parece fundamental para a compreensão da contribuição de diferentes setores civis no encaminhamento das diretrizes sócio-econômicas da ditadura, pois, logo após o golpe, já começam a entrar em vigor a implantação de um projeto, que estava sendo gestado enquanto se desestabilizava o governo de João Goulart.

São 43 revistas publicadas, que totalizam 522 artigos em suas mais de 2700 páginas. Pela extensão da fonte e os limites do trabalho proposto, a análise não poderia ser muito meticulosa e profunda. Por isso, realizamos a uma leitura geral do material para, em seguida, propormos perguntas específicas à fonte, como expressas nos capítulos seguintes. Portanto, a análise é muito mais qualitativa que quantitativa, apesar de tentarmos destacar suas principais características, assim não exaltando as exceções. Destacamos a dissertação de mestrado de Thiago Moraes (2012), que estabelece importante base analítica sobre a revista e o IPESUL, que nos permite utilizar suas conclusões para propormos outras problemáticas. Aproveitamos o levantamento que realizou sobre a revista, no qual indica que 46,5% dos artigos são transcrições de outras publicações. Concordamos com sua conclusão de que o restante dos artigos devem ter sido produzidos pelos próprios organizadores da revista e membros do IPESUL. Analisando o conteúdo, percebe a existência de algumas grandes áreas temáticas: “humanização” do trabalho, organização empresarial em geral; críticas ao comunismo; artigos com dados técnicos; e artigos que tratam de questões relacionadas ao país⁴.

Buscaremos compreender o posicionamento desse grupo à luz de duas problemáticas específicas: posicionamento frente às transformações econômicas no estado e dentro da problematização de “Revolução Burguesa” desenvolvida por Florestan Fernandes. Apesar dessas formas específicas de questionar a fonte, nosso objetivo de fundo será compreender a atuação política⁵ desse grupo, que Moraes considera a “vanguarda” da burguesia gaúcha. A leitura da fonte primária nos disponibiliza indícios para compreendermos a atuação do grupo

³ Seguindo a análise produzida por Maria Helena Moreira Alves (2005), que compreende os 21 anos de ditadura em três grandes “fases de institucionalização”.

⁴ MORAES (2012) p. 79.

⁵ Pensando política como uma forma organizada de atuar sobre a história da sociedade. Para nós essa atuação se insere numa sociedade formada por classes sociais, portanto, que apresenta um conflito inerente, em que o grupo pesquisado toma clara posição.

em busca de formação de consciência de classe: quando expõem e defendem seus posicionamentos sobre a crítica a outros setores dominantes e aos setores dominados; quando propõem um desenvolvimento econômico distinto do que o que vinha sendo aplicado; quando buscam construir determinados valores. Indicamos por hora apenas alguns pontos que nos fazem pensar nos membros do IPESUL como fração da burguesia gaúcha, mas trataremos disso a seguir, de forma mais atenta.

Passamos a apresentar a dissertação de mestrado de Thiago Moraes, que analisa e expõe as principais características do IPESUL. Utiliza as 48 edições da revista *Democracia e Empresa* (incluí a análise das cinco edições, de 1970 até 1971, período em que mudou de nome para *Desenvolvimento e Empresa*), além de documentos sobre a administração do instituto e algumas entrevistas semi-estruturadas com lideranças de época. Destaca a existência de poucas fontes conhecidas que proporcionem condições para o estudo desse tema, por isso, utiliza as revistas como principal fundamento documental. Nossa pesquisa sobre esse tema revelou uma percepção parecida, que se torna compreensível ao considerarmos que as funções internas do instituto não seriam publicadas ou reveladas, ao menos diretamente.

A revista é a grande fonte de pesquisa Moraes, que busca expor a importância que teve para os “intelectuais orgânicos”⁶ que organizaram o IPESUL: formação de consenso em alguns segmentos da sociedade. A partir de nossa leitura da revista podemos inferir, pela linguagem utilizada e pelas temáticas apresentadas, que visa um público restrito: uma classe média privilegiada, principalmente administradores de empresas, e classes altas, urbanas e rurais. Apesar da presença de lideranças rurais⁷, compreendemos que o público preferencial era urbano, pelos artigos tratarem, sobretudo de aspectos relacionados a temas citadinos (indústria e comércio) e também por apresentarem a compreensão, em alguns de seus artigos, que uma classe média rural ainda estaria por ser criada no estado.

Tratamos adiante de apresentar quais segmentos sociais e programas estavam presentes no IPESUL. Aparentemente, a participação de militares no período anterior ao golpe é relativamente pequena, mas se intensifica no restante da existência da revista. Moraes

⁶ Moraes (2012) p. 29. Utiliza o conceito de “intelectuais orgânicos”, também utilizado por Dreifuss (1981) desenvolvido pelo marxista italiano Gramsci, que afirma a busca de expansão do consenso intra e extra-classe numa fase “molecular” de conquista de maior representação, que garantirá melhores condições para a efetivação de futuras transformações sociais.

⁷ Segundo Moraes (2012: p. 53) cinco dos 29 fundadores do IPESUL pertenciam à FARSUL na ocasião, além dos outros identificados com a produção agrícola.

indica a presença de ipesianos nos dois cursos ministrados pela ADESG⁸ em 64 e 65, mas podemos ir além, verificando que a presidência do IPESUL passa ao Cel. Yeddo Blauth por duas gestões (de 65 até 68) e que cresce a quantidade de artigos de militares, especialmente de dois generais⁹. Moraes indica que elementos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento eram bastante pertinentes ao discurso conservador e desenvolvimentista contido na revista. Percebemos a presença de líderes religiosos, ainda que de forma menos constante que a dos militares. Apesar disso, é extremamente constante a defesa e divulgação de elementos religiosos, sobretudo presentes nas encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII e *Mater et Magistra* (1961) de João XXIII. Com elas buscam destacar a importância de serem observadas as questões sociais, limitando a ação destrutiva que a economia poderia apresentar. Esses dois elementos se apresentavam como fundamentais opositores do “comunismo”, que representaria a destruição da reprodução das bases sociais.

Mas, a grande participação, que dá sentido próprio à revista, é a de empresários e “intelectuais orgânicos”. A presença de lideranças de organizações de classe é bastante relevante, visto que o primeiro presidente do Instituto fora dirigente das principais organizações comerciais do estado. Inclusive, a sede do IPESUL ficou localizada no Palácio do Comércio. É apresentada na revista uma constante defesa da livre iniciativa, que é tida como a forma principal de solução das dificuldades nacionais. Defendiam que a livre iniciativa, com algum auxílio do Estado (sobretudo nas áreas pouco lucrativas ou que necessitassem elevados investimentos), poderia realizar a reforma do capitalismo e da “democracia”¹⁰. Isso seria possível a partir de duas grandes linhas de atuação: “humanização do trabalho” e “democratização do capital”. Afirmam que o Capital cumpriria, assim, sua função social e deixaria de entrar em conflito com o Trabalho. O primeiro elemento consistia na melhoria das condições de trabalho, com prévio investimento nos meios de produção, assim como melhoria de salários e criação de fundações de serviços e seguridade. O segundo elemento trata da abertura das empresas para o mercado financeiro, onde os trabalhadores das empresas poderiam poupar e investir no seu próprio trabalho, através da compra de ações. Nos próximos capítulos esses elementos serão retomados.

⁸ Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.

⁹ Ao que consta, o Cel. Yeddo Blauth e os outros dois generais, Anápio Gomes e Antonio Manta, participaram da 2ª Guerra Mundial. Não conseguimos identificar a ligação direta desses militares com a ESG, mas podemos inferir que ela existia, pois se defende em literatura especializada que a participação brasileira na guerra proporcionou aproximação com militares estadunidenses, criando um fato que influenciou a criação e desenvolvimento da Escola Superior de Guerra.

¹⁰ Optamos por manter alguns conceitos entre parênteses, porque seu conteúdo é extremamente peculiar ao discurso em que se insere.

2.2 IPES na obra de René Dreifuss

Em suas conclusões Moraes defende que o IPESUL tinha relativa autonomia em relação aos IPES centrais, podendo apresentar pautas próprias¹¹. De qualquer forma, os grupos do Rio e de São Paulo foram referências para sua atuação, por sua condição de avançada urbanização e industrialização se colocavam à frente do processo de disputa do poder. Utilizaremos a fundamental pesquisa de Dreifuss sobre a formação e atuação do IPES durante a primeira metade da década de 60, o que ocupa a maior parte de sua obra. Destacamos a contextualização que nos proporciona, pois é fundamental para garantir o devido sentido à existência do IPES. Destaca um processo mais abrangente, onde insere o desenvolvimento histórico e inserção no cenário mundial da economia brasileira, com consequentes relações no âmbito social e político interno. Dreifuss considera que a crise do populismo é o que dá condições para a ascensão dessa organização, que funciona como um partido político da burguesia. A crise do populismo está relacionada com as transformações de setores da sociedade brasileira, mas, principalmente, à pressão proveniente de fora do país, ao que chama de capitalismo monopolista¹², que impõe o predomínio do complexo industrial-financeiro.

O IPES, assim como outras organizações similares (IBAD e CONCLAP¹³), começa a ter suas sementes lançadas ainda durante o governo de JK. A instabilidade desse governo, com sua alta inflação e seu estilo populista, começou a insatisfazer alguns setores. As ações desse governo acabaram motivando as primeiras aproximações desses “intelectuais orgânicos”, que tinham, como principal elemento de coesão, a percepção da necessidade de se alterarem a ação socioeconômica do Estado, aproximando-a de um acelerado processo de integração da economia brasileira à mundial, sob uma forma específica. Buscavam discutir e estudar a situação brasileira e latino-americana, visando projetar alternativas dentro de suas perspectivas ideológicas, além de expandir tanto quanto possível a influência e abrangência da organização. Dreifuss considera ser esse um período de “transformismo molecular”¹⁴.

¹¹ Conforme já exposto, mais de 50% dos artigos publicados tinham autoria própria do IPESUL. Voltaremos a essa questão, que é cara ao desenvolvimento do terceiro capítulo.

¹² Dreifuss utiliza o mesmo conceito de capitalismo monopolista que é apresentado por Florestan Fernandes (1974).

¹³ Explicar minimamente o que eram essas organizações.

¹⁴ Dreifuss (1984: p. 106) afirma: “Foram criados anéis burocrático-empresarias, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica, os quais se interligaram na sua visão

Essa primeira fase de acúmulo de forças passa por transformações funcionais, atingindo sua maturidade política no final do ano de 1960 e definitivamente após a renúncia de Jânio Quadros. Logo após a efetiva formação no Rio e São Paulo, o IPES repassa seus moldes de organização para grupos em outras importantes cidades, que constroem os institutos locais: Porto Alegre¹⁵, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e em outras cidades importantes. Compreendem necessária a articulação de uma oposição forte e integrada contra a esquerda, compondo-a com empresários, estudantes¹⁶, setores religiosos, militares e políticos. Estão presentes diversas origens ideológicas, mas alguns elementos fundamentais diminuem diferenças pontuais, conforme aponta Dreifuss: “O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado.”¹⁷. O Instituto apresentou desde seu início uma vida dupla: na face pública, funcionava como um grupo de estudos; na face encoberta, articulava ampla e diversificada campanha política, ideológica e militar. A influência sobre a imprensa (pela presença de jornalistas, pelo controle de empresários ou pela compra de espaços de publicidade) foi fundamental para divulgar suas ideias e buscar fragilizar o governo de João Goulart. A atuação foi bastante diversificada, sendo organizada por coesos grupos de ação.

Seus integrantes fizeram uma profunda campanha pelo interior do Brasil para atrair empresários e políticos à influência do complexo IPES/IBAD¹⁸. Enquanto desestabilizavam o governo de Goulart, buscavam criar e desenvolver determinada consciência de classe, coerente com os padrões comerciais e produtivos que buscavam importar ao país. O IPES pode ser compreendido como a fase política de determinada ideologia. É apresentado por Dreifuss como a articulação fundamental de um novo bloco de poder, que além de se opor à esquerda, buscava tornar concretos os projetos socioeconômicos ligados ao capital

pragmática das reformas de Estado necessárias formando os incipientes intelectuais orgânicos do bloco de poder multinacional associado. Ao mesmo tempo que isso acontecia, o bloco histórico populista dava sinais de exaustão política.”

¹⁵ A fundação do IPESUL ocorre em 23/03/1962, de forma relativamente autônoma aos centros de São Paulo e Rio de Janeiro. O estado do Rio Grande do Sul já apresentava certa experiência de organização dos setores empresariais.

¹⁶ Tomemos como exemplo a informação trazida por Moraes (2012: p.62), de que, para o XXIII Congresso da UNE, realizado em julho de 1963, fora organizada a oposição pela Frente de Juventude Democrática, patrocinada pelo IPES. O IPESUL iria mandar para o Congresso, que ocorreu em São Paulo, cerca de 40 delegados.

¹⁷ Dreifuss (1981) p. 163.

¹⁸ O IBAD foi uma organização conexas com o IPES, apresentando uma ação mais incisiva na influência e financiamento política. A campanha eleitoral de 1962 foi investigada por uma CPI do Congresso para verificar o financiamento promovido pelo IBAD, o que de fato ocorreu.

multinacional e associado no país. Suas motivações fundamentais, em parte efetivadas quando ocuparam importantes ministérios, nos governos militares, são: controle da classe trabalhadora; implementação de um programa de modernização adaptada ao padrão de desenvolvimento dependente e subdesenvolvido, ou seja, com grande concentração de investimentos e tecnologias em algumas regiões e segmentos da produção; readequação do Estado, para dificultar que outros grupos influenciem nas decisões, principalmente visando bloquear a participação do que chama de oligarquia¹⁹.

3.1 Principais linhas explicativas sobre o golpe e ditadura

O historiador Carlos Fico se propôs fazer um levantamento da produção historiográfica na efeméride de 40 anos do golpe, no ano de 2004. Apresenta breve exposição sobre grandes vertentes, de onde partiram explicações para o golpe (e, em consequência, sobre elementos fundamentais da ditadura) e termina seu artigo apresentando o que considera como tendências de pesquisa. Apesar dos dez anos passados, acreditamos que seu artigo pode nos guiar por uma curta contextualização da produção sobre o tema. Antes de entrarmos na exposição que mais nos interessa, criticamos uma consideração que Fico defende no artigo e que é significativo para seus posicionamentos. Afirma que os anos 80 estão marcados pela “crise do marxismo”, que teria sua importância intelectual substituída pelas diversas perspectivas teóricas encontradas dentro da “Nova História”. Esta abarcaria as mais diferentes e divergentes perspectivas, apenas tendo como unificador a afirmação da valorização dos sujeitos na produção do conhecimento histórico, em detrimento de visões que privilegiam a economia ou a política. Apesar de não alterar a qualidade de sua análise, acreditamos pertinente criticarmos a visão triunfalista que apresenta sobre a “crise do marxismo”, como se esta fosse um fato absoluto e como se o marxismo estivesse preso inevitavelmente a pesquisas economicistas. Parece-nos importante que essa ressalva seja feita porque, durante todo seu texto, busca descaracterizar a produção que não se enquadre na “Nova História”, com críticas que, em muitos casos, nos parecem injustas.

¹⁹ Dreifuss p. 485

Fico compreende a existência de três correntes principais que buscam explicar o golpe: uma que valoriza o papel dos militares; outra que se concentra na Ciência Política; por fim, as análises marxistas. Passaremos a expor os principais argumentos de sua avaliação sobre essas perspectivas para, em seguida, apresentarmos nossas considerações. Seguiremos a ordem apresentada de forma respectiva. No âmbito da pesquisa sobre os militares, utiliza a obra de Alfred Stepan²⁰ como referência para suas análises, que focam em dois elementos principais, expostos a seguir. Afirma que a atuação daqueles seria preponderante para a efetivação do golpe, por terem (1) uma posição relativamente autônoma em relação ao restante da sociedade, especialmente ao sistema político. Além disso, (2) teriam tido seu padrão histórico de atuação alterado, deixando o tradicional “padrão moderador”, para assumirem um de intervenção longa sobre a política. Fico critica esses dois pontos, argumentando que é questionando a independência frente ao sistema político e a definição de um “padrão moderador” é considerado arbitrária, contrariando as evidências deixadas pelas intervenções militares anteriores. Compreendemos que as Forças Armadas não podem ser pensadas em separado do restante da sociedade, apesar de terem suas especificidades (como o espírito de corpo, a disciplina etc.). Sofrem, em todos seus níveis de hierarquia, influências das forças sociais e políticas, assim como podem atuar de forma mais ou menos direta como força política, influenciando por sua vez o restante da sociedade. Parece-nos ilustrativo trazer a participação de boa parte dos altos escalões militares provenientes da Escola Superior de Guerra (ESG) na formação dos IPES pelo país, na gestação do golpe e na construção da ditadura²¹. Ainda podemos lembrar a mobilização de setores do baixo escalão, como sargentos e marinheiros, que repercutiam a tensão social existente no país às vésperas do 1º de abril.

A corrente próxima à Ciência Política é apresentada através dos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos²² e Argelina Cheibub Figueiredo²³. Afirma que esses dois trabalhos não se deixaram influenciar por uma constante dentro dessa perspectiva, que é a produção de grandes modelos explicativos, que se construam acima de particularidades

²⁰ STEPAN, A. C. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²¹ Dreifuss expõe essa articulação. Na construção da ditadura a presença dos civis foi fundamental, orientando as principais diretrizes econômicas e políticas que foram desenvolvidas. Além do que fora desenvolvido por Dreifuss, Suzeley Mathias (2004), aponta para a enorme presença civil nos postos-chaves da burocracia, conforme sua pesquisa sobre os Ministérios da Comunicação e Cultura.

²² SANTOS, W. G. dos. O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, IUPERJ, 2003.

²³ FIGUEIREDO, A. C. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.25.

fundamentais. Apesar das diferenças entre os dois autores citados, podemos identificar as linhas que os fazem estar na mesma classificação feita por Fico. Ambos apresentam como foco a ação política de diversos atores, mas, sobretudo, nas relações entre o Executivo e o Legislativo. Dessa forma, a importância das lideranças políticas são destacadas. Para boa parte das pesquisas realizadas pela Ciência Política é comum uma postura de profunda divergência, se não negação, da produção marxista. Tratando da influência estadunidense, afirma que a ênfase nos aspectos político-institucionais e nas variáveis políticas decorre de uma contraposição ao marxismo com suas “(...) determinações econômico-estruturais e [n]os condicionantes de classe.”²⁴ Não nos parece ser um posicionamento justo com grande parte da produção marxista existente, que não pode ser enquadrada em características tão limitadas. Os sujeitos não perderam seu protagonismo em Marx e na maioria dos autores que desenvolveram o marxismo. É negado o voluntarismo, onde os indivíduos aparecem como fator definitivo para as transformações sociais, independente das limitações impostas pelas estruturas, mas também não é aceito o determinismo das estruturas sobre os indivíduos. De qualquer forma, consideramos válidas essas críticas ao determinismo (quando ocorre de fato), mas não devemos aceitar um oposto, que parece exaltar certo personalismo.

Ao iniciar sua exposição sobre a produção marxista destaca que nenhuma obra acadêmica marxista pode ser considerada reprodutora de uma interpretação sobre o golpe que seja “(...) economicista ortodoxa ou “vulgar”, que descuidasse completamente dos aspectos políticos ou compartilhasse de um determinismo economicista absoluto.”²⁵. Assim, num rápido movimento busca minimizar as críticas que vinham acompanhando sua exposição. Traz as obras de Gorender²⁶ e de Dreifuss²⁷ para expor o que considera ser a corrente marxista. Podemos compreender que as características que aproximam as obras, apesar de diferenças na análise, são: compreensão da enorme influência proporcionada pelas estruturas econômicas; destaque para a existência de classes sociais que possuem interesses conflitantes; percepção da existência de um setor social representante do capitalismo internacional. Por sua exposição são esses os pontos de coerência, enquanto expõe vários outros de divergência. A seguir iremos expor com mais cuidado a interpretação de Dreifuss, mas aproveitamos para expor a crítica que Fico lhe faz, de que um grupo pequeno, como o representado no IPES, não

²⁴ FICO p. 48

²⁵ *Ibid*

²⁶ GORENDER, J. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

²⁷ DREIFUSS, R. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Vozes, 1981.

teria condições efetivas de coordenar o golpe e a construção da ditadura. Compreendemos que não o IPES não deteve exclusivo poder de organização do golpe e construção da ditadura, mas que, como indica Dreifuss, teve importância fundamental para influenciar e coordenar os mais importantes e organizados setores da sociedade civil. Não fora somente a busca de poder político e a pressão para a implementação da “modernização conservadora” a enfraquecer o governo Goulart, mas foram utilizados outros elementos existentes numa intensa propaganda, como o anticomunismo, o medo da instabilidade social, o conservadorismo das classes médias e altas, o enorme apelo religioso, etc. Ou seja, não é toda a instabilidade social e política fruto da ação do IPES, mas esse as utiliza e catalisa. Utilizando as palavras de Dreifuss: “Através do IPES, o novo bloco de poder mobilizou as classes dominantes para a ação e servir como elo para as várias conspirações civil-militares contra João Goulart.”²⁸. É explicativa a compreensão de Florestan Fernandes, que indica uma permanente postura conservadora dos setores médios e altos à pressão dos “de baixo” (a seguir a explicaremos com mais cuidado). Além disso, podemos considerar que os membros do IPES não ocuparam todo o Estado durante a ditadura, mas ocuparam, por tempo suficiente, os principais postos necessários para atender seus interesses econômicos.

Ao fim dessa breve exposição convém perguntar: qual é o objetivo de um estudo sobre o golpe? O que se quer entender é a efetivação do golpe, para saber quais atores envolvidos e de que forma tomaram tais ou quais atitudes? Isso parece não bastar para que compreendamos a fundo o golpe e a posterior ditadura. A maioria das produções expostas por Fico trata do que consideramos uma camada superficial, que é fundamental, mas não tem a mesma força explicativa de elementos de mais fundo. A impressão que nos passa, por um estudo que ressalta de forma muito forte os fatores conjunturais, é que se algum elemento da explicação apresentada fosse alterado, o golpe poderia ter ocorrido antes ou depois, talvez não teria ocorrido, talvez tivesse sido revertido num processo revolucionário, mas as definições políticas e circunstanciais não dão conta de explicar a força por traz dessas transformações, que condicionam as transformações. Parece que é um processo sem início e meio, que não apresentasse um sentido geral, mas que apenas apresentasse resultados.

²⁸ Dreifuss p. 483

3.2 A partir de quais elementos compreendemos o golpe e a implementação da ditadura

Brevemente apresentaremos quais perspectivas nos guiam para pensar o golpe e a ditadura. As discussões sobre o Golpe e a Ditadura aumentaram nos últimos anos, mantendo-se as diferenças e disputas interpretativas sobre o período. Analisando esse processo Demian Bezerra de Melo (2014) indica a existência de significativa bibliografia dentro da produção historiográfica recente que segue uma “historiografia revisionista”. Podemos compreender em seu texto que, além de diferenças metodológicas, apresentam distinções de fundo político, que fazem com que o conhecimento histórico seja utilizado dentro de “disputas por hegemonia”. Assim, acaba por reafirmar a vitalidade de análises clássicas, como a de Dreifuss (1981) e Moniz Bandeira (2010?), que não perderam suas qualidades principais frente ao avanço da pesquisa. Isso ocorre por primarem por pesquisas de fôlego em fundos documentais e por não se esquecerem de contextualizar as conjunturas dentro de estruturas que lhes auxiliem no sentido. Nesta última questão, apresentam a importância das ações de determinados setores da sociedade civil, compreendidas em relação com a luta de classes e com a condição do Brasil como país de capitalismo dependente. Acreditamos ser esse um posicionamento fundamental ao se buscar produzir um conhecimento explicativo do passado e significativo para o presente, por considerar o sistema econômico e as relações internacionais que caracterizam o Brasil, porém, não considerando esses elementos como absolutos.

A ditadura civil-militar inicia em 1964 um período de grandes transformações no Brasil. Praticamente todos os âmbitos da vida social são alterados nesses 21 anos, da economia à existência individual, passando pelas representações culturais e políticas. Podemos perceber a existência de um projeto que guiou os centros de poder, que pode ser compreendido como uma totalidade complexa, portanto, com elementos de coesão determinantes sobre possíveis diferenças. Dentro desse projeto, podemos citar algumas tendências fundamentais que percorrem todo o período e nos ajudam a dar sentido a ele: modernização conservadora, seguindo de forma próxima os interesses do capitalismo internacional²⁹; oposição das classes dominantes à ascensão política de parcela da população (que se encontrava historicamente marginalizada) e às reformas de base pretendidas pelo

²⁹ Dreifuss (1981) é a grande referência para a comprovação dos interesses dos setores ligados ao capital multinacional e associado, que articulavam sua atuação política – sobretudo de desestabilização do governo Goulart – no complexo IPES/IBAD. A seguir iremos expor em pormenores sua contribuição.

governo de João Goulart, do PTB³⁰. Esse parece ser um posicionamento recorrente das elites brasileiras, que mantém historicamente uma postura anti-democrática (ou anti-revolucionária³¹); relacionado com a referência anterior, devemos destacar o anticomunismo, que foi utilizado – especialmente na oposição à Goulart – para aglutinar os setores golpistas e como discurso ante a opinião pública³²; e a influência dos EUA, que fomentou (com apoio financeiro, logístico e técnico) os golpes de Estado que assolaram a América Latina nos anos 60 e 70³³. Estes podem ser compreendidos dentro da política de combate ao socialismo, que havia sido proclamado em Cuba, em 1961, e que era utilizado pela URSS. Deve ser compreendida nesse contexto a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ideologia proveniente do contato dos militares brasileiros com os estadunidenses, que deu fundamentação teórica e programática para a ação militar e para os civis que a eles se aproximaram³⁴. Estas são linhas esquemáticas, que servem para uma breve exposição sobre algumas motivações que sobressaem durante o período. Não retomaremos essa discussão, mas consideramos fundamental começarmos com essa breve exposição, que explicita de onde partiremos.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, assim como a histórica postura anti-democrática das elites brasileiras, ajudam a explicar a baixa procura por mobilização social a favor do regime, o que segue de modo mais ou menos constante durante o período. Na relação dialética entre repressão e liderança, a ditadura utilizou prioritariamente a primeira³⁵. A sociedade era controlada, sobretudo, pela força física, que supria a fragilidade de liderança, portanto, frágil hegemonia dos grupos dominantes frente à sociedade. Contudo, isso não quer dizer que não fossem utilizados diversos mecanismos que visavam a conquista ideológica, contudo, devemos afirmar não eram a prioridade para os grupos que estavam no poder. Além de não serem prioritários, devemos considerar a ampla utilização de um discurso alienante e desmobilizador à sociedade civil. Tomemos como exemplo a utilização dos conceitos de “democracia” ou de

³⁰ Conforme indica Caio Navarro Toledo (2004).

³¹ Seguindo proposição de Renato Lemos. Este se aproxima das definições apresentadas por Florestan Fernandes (1974), segundo as quais o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria historicamente (salvo poucas exceções) se valido da conciliação entre as elites e afastamento dos setores populares da política.

³² Uma das principais referências para a discussão sobre o anticomunismo no Brasil é Rodrigo Pattó Sá Motta (2002).

³³ Conforme apresentado por Enrique Padrós (2005) no segundo capítulo de sua tese de doutorado, onde discute a influência dos EUA e a “pentagonização” da América Latina.

³⁴ Utilizamos como referência a discussão sobre a DSN realizada por Maria Moreira Alves (2005).

³⁵ Segundo Fernandes (1974: 267), a dominação burguesa somente ocorre para uma elite, sendo fraca para a maior parte da sociedade. Para esta, o Estado assume a responsabilidade de impor o controle e garantir a estabilidade social.

“revolução” (assim como outros, só poderiam ser compreendidos dentro da novilíngua orwelliana), que não conclama a qualquer participação efetiva.

4. Florestan Fernandes e a Revolução Burguesa no Brasil

O trabalho acadêmico de Florestan Fernandes se expande para diversos temas (a ponto de construir uma “imagem do Brasil”³⁶), que ousa apresentar grandes linhas interpretativas para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana. Sua obra, presente em mais de 40 livros publicados, não pode deixar de ser um marco para o pensamento científico brasileiro e latino-americano principalmente no campo da sociologia³⁷. Parte da sociologia e a ela volta constantemente, mas utiliza e contribui com todas as áreas de conhecimento das ciências sociais. Vale-se do conhecimento importado (sobretudo da Europa), mas se nega a aplica-lo de forma indiscriminada, sem as mediações e alterações necessárias. Assim, critica modelos ideais nas ciências humanas, buscando desenvolver evidências a partir de pesquisas de profundidade empírica, que expressa grande preocupação com a análise da fonte primária. Fica evidente, desde suas primeiras obras, mas de forma especial quando passa a estudar o desenvolvimentismo e o capitalismo dependente, a preocupação por uma mediação dialética para a produção de um conhecimento que seja pertinente à nossa sociedade. Podemos compreender sua obra dentro de uma constante preocupação metodológica, independente das transformações de suas motivações e objetos de estudo³⁸.

No período anterior ao golpe de 1964, debruçou-se, sobretudo, no estudo das comunidades indígenas (em pesquisas sobre os Tupinambás), dentro do processo de colonização, e sobre a escravatura, dentro da sociedade de classes. Esses dois grandes enfoques dão conta das principais relações sociais existentes pelo menos até o final do século XIX da história brasileira, quando começa fase de maior expressão da expansão do capitalismo no país. Passa a pesquisar sobre o que considerou *A Revolução Burguesa no Brasil*, porém, o golpe veio interromper esse trabalho. O exílio torna-se um período de transformação de parte de seu pensamento e das possibilidades sociais que vislumbrava, fazendo-o se aprofundar na questão da constituição do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Essa trajetória por diferentes enfoques de pesquisa permite a Florestan que perceba um processo complexo, onde diversas

³⁶ Segundo Carlos Nelson Coutinho (2000) e Octavio Ianni (2011) p. 39

³⁷ Fora escolhido como patrono da sociologia brasileira em 2005, dez anos após sua morte.

³⁸ FERNANDES, Heloísa. CLACSO, 2008.

permanências, do período colonial sejam pertinentes ao desenvolvimento do capitalismo. Talvez por sua experiência na pobreza, pelo trajeto de pesquisa que teve, pelo rigor acadêmico constante ou por sua proximidade com as lutas sociais (provavelmente pela soma disso) Florestan não aceita a imposição de modelos explicativos, buscando analisar a realidade concreta a partir das mais diversas ferramentas científicas, visando a construção de um conhecimento útil. Aí se encontra uma das suas tantas contribuições, que auxiliou para que possamos compreender e agir sobre nossa realidade. Esse é um elemento que nos parece fundamental para a valorização e utilização de sua obra. A seguir iremos expor alguns outros, que são caros à nossa pesquisa.

A análise de Florestan Fernandes para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil leva em consideração a história política e econômica do país, ao mesmo tempo em que indica as relações de dominação impostas por nações estrangeiras, impondo uma posição específica dentro das relações mundiais. O caráter dependente foi imposto e assumido desde a inserção no mercado internacional, ainda no período colonial, mas passa a ter outros significados a partir do desenvolvimento do capitalismo no país. Durante certo período, muitos setores, principalmente acadêmicos, avaliavam que o capitalismo, em sua forma competitiva avançaria no Brasil, chegando a dar condições para uma orientação democrática-nacionalista³⁹. Porém, impõe-se, a partir do cenário internacional, a lógica do capitalismo monopolista ou do imperialismo total⁴⁰. A submissão ao imperialismo proporciona significativos avanços técnicos a alguns **setores produtivos brasileiros**, porém ao custo de intensificação da dependência. A expectativa de uma “revolução dentro da ordem”, que provocasse a efetiva formação da Nação, é logo frustrada por essas rápidas e profundas transformações. Resumindo, o capitalismo no Brasil se desenvolve de forma dependente e tardia, tendo essas características aprofundadas com a derrota do “populismo”⁴¹. Ainda tem

³⁹ Castelo (sem data) expõe as transformações da produção econômica de Florestan, que abandona a defesa do desenvolvimentismo após efetivado o golpe.

⁴⁰ Definição de imperialismo total presente em Fernandes (1972: 21): A nova fase do imperialismo não é reflexo somente de transformações econômicas, mas também de formas de consumo e propaganda, entre outros elementos de natureza sócio-econômica e sócio-cultural. Contudo, afirma que a grande influência foi política, devido as disputas com a URSS nos quadros da Guerra Fria. “Assim, enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação da concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, o imperialismo moderno representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia da capitalismo em si mesmo.” Dentro desse quadro de disputa, é aceita, até pelas economias desenvolvidas, a maior influência da empresa corporativa, assim como a preponderância das finanças internacionais e a hegemonia dos EUA.

⁴¹ A compreensão de Fernandes (1974: 207) sobre o populismo se baseia no mesmo elemento que utiliza para explicar formas de mandonismo e de clientelismo: como puderam ser satisfeitas as pressões das classes médias e populares, porém com a manutenção da prática conservadora das classes dominantes. Contudo, essa forma de relacionamento com o proletariado passou a ser perigoso para a manutenção do *status quo* dentro das transformações impostas pelo capitalismo monopolista.

como pano de fundo a Guerra Fria, que irá ser agravante dessa situação⁴². Parte do golpe e da implementação da ditadura podem ser compreendidos a partir dessas observações.

O capitalismo no Brasil seria implementado através de uma “revolução burguesa”, que ocorre de forma “não-clássica” (distinta de uma forma “clássica”, que tem parâmetro nas Revoluções Inglesa e Francesa)⁴³. Fernandes não considera a possibilidade de comparações da experiência brasileira com modelos europeus e afirma que a “revolução” não deve ser compreendida como um fenômeno pontual, mas como um processo com uma maior duração. Além de uma duração específica, apresenta uma conjugação social específica. A “revolução burguesa” no Brasil transforma as relações de trabalho de uma parcela significativa da população, ainda que setores da sociedade, sobretudo ligados à produção rural, mantiveram significativa presença de relações não-capitalistas⁴⁴. De qualquer forma, é somente a superação da ordem escravocrata-senhorial que garante a mudança substantiva (qualitativa) da sociedade, apenas após a proclamação da República o poder da burguesia se torna hegemônico. Isso tem importância na medida em que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorre pela conciliação entre diversos setores das classes dominantes e, por isso, não é implementado um regime político inspirado em uma “democracia-liberal”, mas segue o pragmatismo de um modelo “autocrático burguês”. Portanto, é marcante a conciliação entre os setores dominantes, que não buscam a plena expressão das potencialidades burguesas. Assim, apesar da burguesia assumir grande parte dos valores culturais e políticos da oligarquia, não permite que esta tenha grande expressão econômica. Ou seja, o pacto ocorre no âmbito político, não no econômico, o que nos ajuda a compreender a pequena pressão pelo desenvolvimentos das instituições liberais-burguesas. Nesse modelo de “revolução”, o Estado tem grande importância, pois é através dele que ocorre a consolidação do poder da burguesia, que realiza gradualmente a expansão de sua dominação e de suas relações de produção. O modelo “autocrático burguês” ajuda a compreender a solução golpista frente a uma conjuntura de instabilidade, que Fernandes afirma ter iniciado nos anos 30, contando como elementos principais: pressões externas pelo dinamismo do capitalismo monopolista mundial; ascensão

⁴² Depois de instaladas as corporações na periferia mundial a dependência somente se agrava, também tornando essas áreas de exploração fundamentais para o capitalismo central, que não pode considerar a hipótese de perder sua influência. Fernandes (1974: 253) indica que a pressão da luta de classes crescia junto com a instabilidade social, que poderiam empurrar esses países periféricos para uma revolução “contra a ordem”, podendo seguir o horizonte socialista.

⁴³ Coutinho. 2000

⁴⁴ Afirma que existiriam setores da economia e da sociedade que se adaptariam e aproveitariam as transformações trazidas pelo imperialismo, mas, outros setores e regiões manteriam vigentes suas características arcaicas, que seriam utilizadas e exploradas pelos setores modernos. O moderno e o arcaico convivem de forma fundamental no capitalismo dependente. Fernandes (1972)

da luta de classes, sobretudo pela ação do proletariado; e dificuldades geradas pelo controle exercido pelo Estado na economia.

“Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia da política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alterou substancialmente.”⁴⁵

Isso é fundamental para a transformação do capitalismo nacional, frente à influência e pressão do capitalismo monopolista internacional. Assim, a economia nacional consegue modernizar a produção e proporcionar crescimento econômico. Contudo, afirma que práticas de “contra-revolução” aparece de forma permanente na política nacional, devido ao exclusivismo das classes “médias” e “altas”, que constantemente se opõem ao restante da população.

Fernandes nunca apresenta a economia como fator exclusivo em sua análise, pois busca evidenciar como elementos sociais e culturais se expressam sobre ele, num movimento de mútua determinação e relação. Tratando do desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, indica ter sido fundamental a vontade interna e sua atuação em prol desse objetivo⁴⁶. A dominação burguesa é heterogênea, por ser composta do poder nacional (que é compartilhado por diversos setores da burguesia) e internacional. Esses dois elementos constituem o que chama de “dupla articulação”, que não é rompida mesmo com a inserção no capitalismo monopolista⁴⁷, mas é, na verdade, intensificada, principalmente no que toca à dependência. Esse processo demanda certo tempo e estratégias específicas para ocorrer, mas produz progressivamente as transformações importantes. A intervenção direta pelos militares se fez necessária para conter qualquer instabilidade social que pudesse travar a modernização atrelada à regeneração dos costumes e da ordem. Por certo tempo, os militares se constituíram como autoridade e defensores do poder burguês⁴⁸. Porém, afirma que a violência e repressão não podem ser utilizadas permanentemente, sendo eficazes em fases de transição, “durante o lapso de tempo em que ocorre o “salto histórico”.”⁴⁹. A violência é certamente preponderante na fase de transição, contudo ocorre de forma constante e menos

⁴⁵ Fernandes. (1974) p. 217

⁴⁶ Fernandes (1974: 257).

⁴⁷ Fernandes (1974: 249): “Portanto, se as evoluções internas fizeram muito pouco para libertar o padrão de desenvolvimento capitalista dos efeitos da dupla articulação, as evoluções condicionadas e reguladas através dos dinamismos da economia capitalista mundial reciclaram esse padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-a às novas condições e aos novos interesses das nações centrais.”

⁴⁸ Indica que sem a participação militar e da tecnocracia foram fundamentais para a efetivação dos interesses da burguesia e para a própria sobrevivência desta, que poderia ter tido de enfrentar uma “revolução contra a ordem”. Fernandes (1974: 341)

⁴⁹ Fernandes (1974: 270).

evidente quando se depara com impasses, sobretudo na área social. Fernandes indica que é no âmbito da política⁵⁰ (e da polícia) que esses impasses são enfrentados numa sociedade em que o proletariado tem que suportar a soma da exploração interna e externa⁵¹.

Feita a exposição dos principais caminhos percorridos e dos elementos que buscaremos utilizar para dar suporte à nossa análise, podemos partir para a análise de nossa fonte. O próximo capítulo buscará apresentar as relações do Estado com a iniciativa privada dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil. O último buscará expor a formação de coesão dentro da burguesia nacional, frente a esse período de transformações significativas do país. A revista *DE* será nossa forma de acessar essas discussões e organização para a ação política.

⁵⁰ [pode ser útil à compreensão a utilização das categorias desenvolvidas por Gramsci (sociedade política/sociedade civil), apesar de Fernandes não tratar dele diretamente]

⁵¹ Fernandes (1974: 292).

II. Percepção do Estado, frente as transformações econômicas

1.1. Capitalismo monopolista, pelo lado de lá

Para podermos analisar o posicionamento apresentado pela revista DE, primeiro precisamos estabelecer quais parâmetros serão utilizados para isso. Começaremos contextualizando o desenvolvimento do capitalismo mundial, especificamente em suas relações com o Brasil, que é tido como país dependente e subdesenvolvido⁵². Nesse primeiro momento, centraremos nossa atenção no período pós-2ª Guerra Mundial, quando o sistema capitalista passa por transformações fundamentais nos centros mais dinâmicos e nas periferias. Cada sociedade específica apresentou respostas próprias às pressões e às possibilidades que lhe foram impostas, de acordo com sua história política e econômica. Ainda, as respostas internas não aparecem de forma coesa, devido sua constituição interna. Buscaremos identificar, através de nossa fonte primária, qual posicionamento da burguesia gaúcha presente no IPESUL frente às transformações econômicas pertinentes ao desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Compreendemos que o golpe civil-militar serviu para garantir as condições políticas e sociais para a livre expansão do capitalismo monopolista. A atuação de setores da sociedade civil, dos militares e do imperialismo estadunidense já foi esclarecida no capítulo anterior. A exposição do pensamento de Florestan Fernandes nos auxiliou à compreensão desses dois elementos, mas não expôs detalhadamente quais eram as transformações por que passava o capitalismo hegemônico, no âmbito internacional. Acreditamos que essa exposição é importante para podermos identificar algumas direções que tomava e viria a aplicar no Brasil. Começaremos essa apresentação através do livro de Michel Beaud (1987), que propõe a análise do desenvolvimento do capitalismo desde a inserção das Américas no sistema mundial. Sua análise de história econômica apresenta a qualidade de não esquecer dos elementos culturais, políticos e sociais, que se relacionam de forma interdependente com a

⁵² Seguindo a compreensão de Florestan Fernandes.

estrutura econômica. Já expomos nossos motivos por concordar com essa escolha teórica e metodológica. Divide seu livro em duas partes: *Do ouro ao Capital*; e *A era do imperialismo*. Ficaremos com este, especificamente quando passa a tratar do período de 1945 até 1978, que considera como o “grande *boom* do capitalismo”.

A partir da destruição deixada pela Guerra, o capitalismo encontrou fundamentos para enorme concentração de capital e expansão de sua atuação. A reconstrução da Europa fora importante fonte de lucro, assim como a retomada da produção civil e o fim da demanda e potencial produtivo direcionados à guerra. Além desses, a formação de um forte mercado de consumo nos países centrais proporcionou que os anos de 50 e 60 fossem de prosperidade, principalmente para a economia dos EUA, país que mais se fortaleceu com a destruição e reconstrução mundiais. Contudo, como em toda história do capitalismo, o processo não era sustentável, sendo espreitado por nova crise. Nos anos 60 já se percebem alguns sinais de baixa da rentabilidade do investimento de capital, que era causada pelo incremento da luta dos trabalhadores europeus e pelo aumento da concorrência e saturação dos mercados. A saída encontrada pelo capitalismo foi incrementar a busca e exploração de novos mercados, porém, os velhos imperialistas não conseguiram disputar com as novas potências em patamares de igualdade. O poderio da indústria e a concentração de capitais no sistema financeiro fizeram com que Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão tivessem vantagem na busca de lucrativos mercados. A América Latina foi um desses, recebendo o aumento da participação multinacional, que trouxe tecnologias e relações de trabalho novas, em troca levando capital acrescido de lucro. Beaud (1987, p. 326) indica que a concentração de renda cresceu em todo o mundo, mas, especialmente nesses países que impunham uma nova edição do imperialismo. Estão dadas as condições para o desenvolvimento do capitalismo monopolista⁵³.

Deixamos a perspectiva do mundo do capitalismo hegemônico e passemos ao do dependente, como é o caso do Brasil. O país atravessa por um período de desenvolvimento econômico relativamente independente, pelo menos desde 1930 e especialmente a partir de 1945. A industrialização ocorre, em alguns setores com importantes participação de empresas multinacionais que se impõem progressivamente (pela compra de empresas nacionais ou relacionando-se com nacionais) em suas áreas de atuação. O capitalismo monopolista faz sentir sua presença de forma gradual no âmbito econômico, apesar de encontrar certa dificuldade em criar respectivo poder político. Apesar da integração de novas relações de

⁵³ Utilizando a definição de Fernandes (1975), que fora apresentada no primeiro capítulo.

trabalho e de tecnologias moderna para a produção, as economias dependentes não conseguem um desenvolvimento sem reforçar sua dependência, ainda promovendo o aumento da desigualdade frente às economias nacionais hegemônicas⁵⁴. Aliás, as relações de trabalho e tecnologias passaram a proporcionar o crescimento econômico, nos centros e na periferia, mas estavam baseadas, sobretudo, na intensificação da exploração do trabalho⁵⁵ (ou “coação para o sobre-trabalho”, na definição de Beaud). Essas constatações nos levam a relacionar com a afirmação de Fernandes, de que o capitalismo dependente implica a manutenção do arcaico em tensão positiva para o moderno⁵⁶. Assim, conviveriam num mesmo país regiões e setores produtivos atrasados, mantidos assim pela necessidade do que se mostra mais dinâmica.

1.2. Recepção interna das influências externas

Florestan Fernandes compreende que a transição ao capitalismo monopolista não é um processo fácil na Europa, sendo ainda mais complexo e difícil na América Latina. Afirma serem necessárias algumas condições: alta concentração urbana e demográfica; alta renda per capita, de parte significativa da população de classe média e alta; mercado interno integrado e denso; incorporação ao mercado financeiro; modernização tecnológica realizada ou potencial; estabilidade política e controle da burguesia sobre o Estado⁵⁷. Esses elementos estão presentes em poucos países periféricos quando o capitalismo monopolista começa a adentrar seus mercados e sociedades. Onde não era identificada a conjuntura ideal, as corporações partiam para uma penetração segmentada, com participação crescente em alguns setores econômicos. As transformações não atingiam a todos, mesmo com o passar do tempo:

Para atingir os seus objetivos comerciais, financeiros ou políticos elas não precisavam interferir, extensa e profundamente, na estrutura colonial, neocolonial ou competitiva das economias hospedeiras; ao contrário, essas estruturas lhes eram altamente vantajosas, já que economias desse tipo não dispunham de mecanismos econômicos reativos de autodefesa.⁵⁸

⁵⁴ Beaud (1981: 314)

⁵⁵ Alves (2005?: 139-140) apresenta dados sobre o arrocho nos salários visível a partir da implementação da ditadura. Também podemos perceber a intensificação da exploração do trabalho pelo controle e repressão estatal, que em diversas leis apresenta essa postura, mas tem na Constituição de 1967 seu ápice com: implementação do FGTS, que retirou a estabilidade do emprego; proibição de greves no setor público e em setores considerados essenciais; redução para 12 anos a idade mínima para o trabalho; entre outras determinações visando intensificar a exploração sobre o trabalho.

⁵⁶ Fernandes (1972) p. 62.

⁵⁷ Fernandes (1974) p. 251.

⁵⁸ Ibid p. 252

A partir da noção de capitalismo monopolista apresentado até aqui, buscaremos compreender as transformações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul e qual foi o posicionamento expresso pelo IPESUL, através da revista DE. Restringiremos nosso enfoque para a percepção desse grupo sobre a atuação do Estado na economia. Acreditamos que os dados quantitativos e as análises produzidas por pesquisas de economia nos possibilitarão uma forma mais consistente de questionar o discurso e o, conseqüente, posicionamento do Instituto. A partir da relação dialética entre o todo e as partes, ou entre o macro e o micro, a atuação dos sujeitos sociais internos é fundamental para que possamos compreender o processo de uma forma mais consistente. A afirmação da importância da conjuntura interna e da mediação dos atores nacionais é feita por Florestan Fernandes (1971, p.53):

(...) essa sua influência (do capitalismo monopolista) se torna eficiente porque o próprio meio econômico, sociocultural e político interno pode absorvê-la e fazê-la frutificar, nos limites em que isso é necessário e possível através do capitalismo. Há sempre uma fermentação histórica e alguma superação do passado em cada um dos momentos, que não podem ser induzidas de fora para dentro, porque dizem respeito a atitudes, comportamentos e fins que grupos e classes sociais se dispõem, através de acomodações e de conflitos sociais.

Além disso, poderemos perceber a existência de particularidades e diferenças entre regiões e grupos sociais que se colocavam lado a lado frente a defesa de alguns pontos em comum⁵⁹. Parece-nos relevante compreender o comportamento desse grupo, pois a agência interna é fundamental para que as influências externas sejam concretizadas.

2. Transformações econômicas do Rio Grande do Sul

Ao analisarmos o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul percebemos que a indústria esteve normalmente voltada para o mercado interno, sobretudo pela produção de produtos de transformação (dos produtos primários produzidos no estado) e pela produção para satisfazer a demanda do setor agrícola. Essa tendência, que se verifica desde o início da industrialização, é alterada quando passa a integrar de forma intensa o mercado nacional. Segundo Maria Isabel Jornada (1989), a partir da década de 50 a indústria gaúcha está atrelada ao desenvolvimento nacional. A relação com indústrias mais competitivas, principalmente de São Paulo, que apresentava meios de produção mais modernos e explorava

⁵⁹ A atuação do IPES do Rio e de São Paulo são totalmente coerentes com a defesa de maior poder político para o capital multinacional e associado, conforme demonstra Dreifuss, mas a atuação específica do IPESUL não é totalmente clara nesse sentido.

mão de obra mais barata, provocou grandes dificuldades para a indústria gaúcha. Além da inserção num regime de competição desfavorável, podemos identificar fatores internos, como o esgotamento do modelo de desenvolvimento que vinha sendo empregado⁶⁰ e a quase total exclusão do Rio Grande do Sul nos investimentos promovidos pelo Plano de Metas do governo JK⁶¹.

De qualquer forma, a crise começou a ser superada a partir do início da ditadura, mesmo que de forma lenta. Herrlein (2002) afirma que a economia demorou a se adequar às novas formas de competição e que o investimento em infraestrutura feita pelo governo Brizola passou a produzir efeitos durante esse período. Além desse fatores de caráter mais interno, devemos considerar as ações do governo federal. Silva (2010) defende que as transformações produzidas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foram fundamentais para a superação da crise econômica. O PAEG representou uma das mais importantes medidas de controle da economia pelo Estado, sobretudo a partir do nível federal. As próprias dinâmicas internas do Estado são reformadas, passando o poder efetivo para o Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário, o que significa que um pequeno grupo poderia impor de cima para baixo as medidas que consideravam pertinentes. Compreendemos que o PAEG é uma chave explicativa fundamental para a primeira fase de institucionalização da ditadura, porque representa o planejamento produzido pelo setor mais atrelado ao capitalismo monopolista⁶² e por ter o Estado intensificado seu caráter indutor e controlador da economia (e do restante da vida social).

3. PAEG

O PAEG é uma das primeiras medidas adotadas pelo governo nascido com o golpe. Apresentava as diretrizes econômicas fundamentais para a administração, tendo duração real de 1964 até 1967. O Programa fora criado pelo recém formado Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, que Dreifuss (1981: p. 425) afirma ser um “superministério”, por seu grande poder e relativa autonomia⁶³. Roberto Campos foi o primeiro ministro, que

⁶⁰ Herrlein (2002) p. 10.

⁶¹ Kuhn (2003) afirma que somente 2%, dos cinco bilhões de dólares investidos, chegaram ao RS. Isso teria ocorrido devido divergências políticas entre o governador Ildo Meneghetti e o presidente Juscelino Kubitschek.

⁶² Como demonstra fartamente Dreifuss (1981).

⁶³ Junto com o Serviço Nacional de Informações (SNI), apresentavam-se como os órgãos de maior poder da ditadura civil-militar, contendo as diretrizes e membros da ESG e do IPES.

compusera seu gabinete com inúmeros empresários e tecno-empresários, que tinham ligações diretas com o IPES⁶⁴. Deste foram trazidas as principais análises e propostas a serem aplicadas na administração pública, cumprindo a função de “Estado-maior da burguesia”⁶⁵. Essa influência, que já é evidente pelos motivos apresentados, torna-se inquestionável pelas medidas contidas no PAEG, passemos a elas. Apresentava os objetivos principais⁶⁶: 1) acelerar desenvolvimento econômico; 2) conter inflação; 3) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como a tensão social, pela melhoria das condições de vida; 4) política de investimentos que garanta emprego; 5) diminuir os déficits na balança de pagamentos. Para alcançar esses objetivos, sobretudo a diminuição da inflação, foram implementadas algumas reformas⁶⁷: redução dos gastos públicos, afim de diminuir o déficit público; Reforma Tributária, com o aumento da carga tributária e a criação do FGTS; Reforma Monetária, com a criação de um mecanismo para ajustar a correção monetária (ORTM), assim como do Conselho Monetário Nacional (que estabelecia regras e metas) e o Banco Central do Brasil (fiscalizador e controlador do sistema financeiro); controle salarial rigoroso, implicando arrocho do salário mínimo; tentativa de aumentar a atração de investimentos estrangeiros, tendo a Aliança para o Progresso importante papel nisso.

O PAEG proporcionou diminuição da inflação e gerou as bases para o crescimento futuro do PIB a nível acentuado, especialmente no período que ficou conhecido como “milagre econômico”. Contudo, isso foi baseado na diminuição gradativa do salário mínimo e desnacionalização de parte da indústria, que sofreu com as restrições de créditos. Sobre este elemento, afirma Maria Moreira Alves (2005: p. 91):

A conseqüente desnacionalização da economia tem sido proeminente característica do modelo econômico brasileiro. As vantagens, que o investimento econômico do país serão superestimadas pela simples apreciação dos números, na medida em que grande parte desses recursos tem sido aplicada na aquisição de instalações existentes, e não na criação de nova capacidade produtiva.

O crescimento da participação estrangeira na economia brasileira também fica evidente por se ter atingido exportação recorde, além de o país ter se tornar o quarto no mundo a mais receber

⁶⁴ A participação de membros do IPES foi significativa em diversas instâncias do Estado, como apresenta Dreifuss (1981: 427).

⁶⁵ Um artigo escrito pelo IPES e republicado na revista *DE*, em 1962, discute as reformas necessárias ao Estado e a forma de aplica-las. Podemos perceber a reprodução dessa análise nas práticas desenvolvidas pela ditadura civil-militar nos seus primeiros meses de existência. Assim, além de evidenciar o caráter efetivo do Estado-maior da burguesia antes do golpe, podemos perceber a presença ou influência desse no governo Castelo Branco, pelo menos.

⁶⁶ Assunção (2010: 7).

⁶⁷ Alves (2005?: 90) e Silva (2010: 31)

investimentos externos, evidenciado no crescimento dos empréstimos internacionais em 65% de 64 para 65⁶⁸. No Rio Grande do Sul se percebe uma tendência ao incremento da indústria de bens de capital, que puxou o crescimento da indústria. Silva (2010, p. 35) compreende que esse crescimento da indústria de bens de capital é resultado do estímulo provocado pela expansão da agricultura mecanizada e de larga escala. O setor produtor de bens intermediários se expandiu com a comercialização para o mercado interna nacional. De qualquer forma, a exportação do estado de produtos industrializados supera a de produtos alimentares.

4. Relação Estado e economia nas revistas *DE*

Após apresentado o contexto específico de nosso objeto, podemos avançar sobre a avançar melhor preparados para a fonte. A escolha das discussões sobre o Estado, nos artigos da revista *DE*⁶⁹, é explicada por alguns motivos. O que primeiro nos chama a atenção, após leitura crítica da fonte, é a constante a presença de discussões sobre o papel do Estado no âmbito econômico e social, antes e depois do golpe. Essa preocupação fica evidente pelo papel que historicamente desempenhou e que se mantinha desempenhando, em consonância com seu enorme poder econômico e político⁷⁰. Segundo o influente economista Mário Henrique Simonsen, o Estado brasileiro ocupava cerca de 2/3 do total da produção de capitais⁷¹. A presença das empresas estatais na economia é constantemente criticada, pois desequilibrariam a competição por apresentarem um financiador praticamente ilimitado, que retirava dos cofres públicos quando necessário. Isso enfraqueceria a iniciativa privada, que era tida como a grande força para a renovação da sociedade. Uma iniciativa privada forte, atuando livre no mercado produziria o equilíbrio entre o poder econômico e o poder político, que afirmavam estarem concentrados no Estado. Essa crítica é mais persistente antes do golpe, contra os irresponsáveis “governos populistas”, mas ainda ocorre baixo ditadura.

O poder político do Estado havia crescido e se concentrado desde os primeiros momentos pós-golpe (ou “revolução”, para os golpistas). Havia crescido na medida em que

⁶⁸ Assunção (2010, p. 11).

⁶⁹ Buscaremos apresentar os elementos que aparecem com regularidade, portanto que expressem o posicionamento dominante da revista, por isso não indicaremos a referência direta. Os artigos que apresentem posições distintas do discurso geral terão indicação direta de sua localização dentro das revistas.

⁷⁰ Fazendo uma separação entre política e economia para facilitar uma exposição mais didática, porém compreendemos que esses elementos não se encontram separados de fato fora do âmbito teórico.

⁷¹ Simonsen. POLÍTICA ECONÔMICA E RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO. revista JB 66/67 *apud* revista DE Nº 1 – 1967 (janeiro/fevereiro).

foram formados novos espaços na administração pública, que criavam ou ocupavam espaços de poder, citemos o SNI e o Ministério do Planejamento. Além destes, são produzidas leis de controle do trabalho, do mercado e para controle político, que vão se acumulando até desembocarem na Constituição de 1967. A Carta Magna, imposta pelo Executivo, além de outros elementos, previa que o governo federal iria determinar as diretrizes econômicas dos estados e municípios. Isso já demonstra que o poder foi concentrado no âmbito federal⁷², no Executivo. Desde as primeiras medidas do governo Castelo Branco se percebe este processo de concentração, em detrimento do Legislativo e Judiciário⁷³. Vale reafirmar que a construção desse aparato ocorreu sob influência direta das diretrizes dos IPES do Rio e de São Paulo, que tinham seus membros ocupando importantes cargos e sendo os responsáveis pela produção do PAEG, que era o programa que continha as principais linhas da política econômica do período.

Expondo esses elementos, que constituem argumentos de uma justificativa, também buscamos indicar sob quais contextos foram produzidos os artigos, o que aponta para uma análise mais consistente. Podemos afirmar que existe o consenso de que a iniciativa privada é a base moral e material para a sociedade e os empresários são os grandes responsáveis pela vida social. Justificam que a empresa privada é o centro dinâmico da sociedade pela afirmação de que essa é a única forma de se conquistar a “liberdade” e construir a “democracia”. Defendendo esses objetivos afirmam defenderem um regime que proporcione bem estar a todos os indivíduos, assim criando a tão desejada estabilidade social. O modelo ideal de sociedade que defendiam (que alguns já diziam estar em funcionamento) se encontraria entre o capitalismo “clássico” ou “liberal” e o “comunismo” (que era considerada a mais perigosa variante do “totalitarismo”). Aquele teria ocorrido nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na Inglaterra do século XIX, estando fundando na enorme exploração e manutenção da pobreza da maior população. Este seria a desagregação de todos os princípios da ordem ocidental e cristã, também por isso antítese da “democracia”. Além dessa percepção, praticamente toda fruto das análises importadas da experiência europeia, acrescentam a história recente brasileira para apontar os caminhos do desenvolvimento do capitalismo no país. Os governos “populistas” são constantemente criticados, aparecendo como o modelo de desenvolvimento econômico já superado e que deveria ser negado. A presença do Estado na economia, como regulador e protagonista,

⁷² O AI-3, de 1966, é fundamental dentro desse processo, pois determinava que governadores e prefeitos dos principais municípios seriam escolhidos pelo governo federal.

⁷³ Processo encontra ápice após imposto o AI-5, em dezembro de 68.

através das empresas públicas, não mais se justificariam⁷⁴. Aproveitam para indicar que essa forma de participação do Estado estaria em consonância com práticas de governos “totalitários”, de cunho “comunista” ou “fascista”. Podemos indicar que a concepção que apresentam para “democracia” seria incompatível com o “estatismo”, conforme pode se evidenciar no artigo escrito pelo Coronel Yeddo Blauth⁷⁵.

Até então temos praticamente o consenso entre os artigos, o que nos revela certa coesão na defesa de transformações do sistema político e econômico dominante. Contudo, os artigos deixam de se apresentarem em uníssono quando passam a tratar das alternativas para a transformação da situação vigente, sendo a forma da presença do Estado uma das maiores controvérsias. Podemos perceber duas tendências: Estado visto como um indutor do desenvolvimento econômico, com um planejamento a ser implementado, com investimentos em infra-estrutura, porém, claro, sempre em concordância com a burguesia nacional; outra, em que a presença do Estado na economia é praticamente negada, sendo defendida a maior liberdade possível para o mercado, inclusive internacional⁷⁶. A partir disso nos parece possível interpretar que existiam segmentos distintos entre as classes dominantes que se organizavam sob o IPESUL, produzindo interpretações e as recebendo. No terceiro capítulo iremos discutir as contradições entre os setores da burguesia e a forma como puderam ser coordenados, mas cabe reforçar agora que o Estado era visto e aceito como instrumento a serviço dos, mais ou menos difusos, interesses dominantes. Mais uma vez parece falar mais alto a acomodação de interesses, sobretudo se garantisse a estabilidade social (e isso uma ditadura fazia muito bem).

Uma crítica bastante comum à atuação do Estado diz respeito à manutenção da inflação em taxas elevadas e altos juros para o financiamento privado. Estes podem ser compreendidos como uma forma de disciplinar o consumo e o investimento, mas é visto pelos articulistas da revista como um efeito extremamente negativo para as empresas, sobretudo as

⁷⁴ São vários os argumentos utilizados, citamos aqueles mais recorrentes: o projeto “populista” estaria baseado na substituição de importações, o que não mais é possível pela situação do mercado internacional e saturação do mercado nacional; empresas públicas não respeitariam a racionalidade da concorrência, por isso poderiam apresentar um desenvolvimento “deformado”; o grande poder do Estado sobre a economia geraria a corrupção.

⁷⁵ Yeddo Blauth. Em debate. Revista DE Nº 5-5 – 1965 (fevereiro/março). Blauth era na ocasião presidente do IPESUL.

⁷⁶ Não pudemos nos aprofundar na análise dessa controvérsia, que poderia ser feita pela pesquisa que relacione o discurso com a origem sócio-econômica.

pequenas e médias, sendo que muitas faliram nessas condições. Em um artigo⁷⁷ é apresentada a interpretação de que esses tributos elevados produziam a concentração de capitais no Estado, que os investia, sobretudo, em infraestrutura. Questiona o fato desses investimentos produzirem incremento da inflação, pois apresentam a característica de terem um retorno de médio a longo prazo. A inflação é o tema mais recorrente, sendo trazida à tona em diversos momentos. A retomada do desenvolvimento econômico era apresentada como o principal motivo da política econômica, tendo no combate à inflação um dos pilares fundamentais para seu sucesso. Analisando os elementos presentes no PAEG podemos compreender de que forma o governo analisava e buscou tratar essa questão⁷⁸. A inflação era apresentada como uma herança de outros governos, que acabavam dividindo o PIB nacional em mais partes do que o possível, com a expansão do crédito, o déficit público e os aumentos salariais. Buscou-se o controle desses elementos efetiva redução da disponibilidade de crédito e progressiva diminuição dos salários⁷⁹, enquanto não se pode afirmar com clareza a diminuição dos gastos públicos e consequente presença do Estado na economia. Apesar do drástico controle imposto, a inflação caiu a ritmo lento, desagradando os empresários.

Aparece como questão de fundo, dos dois elementos anteriores (crédito e inflação), a forma como o capital seria concentrado. Mesmo que de forma indireta, essa questão aparece em diversos artigos, mas é exposto de forma aberta e sucinta em um que o autor considera existirem duas possibilidades efetivas⁸⁰: interna, através da poupança; e externa, pela exportação ou/e pelos investimentos diretos de Estados ou empresas. A escolha dos governos militares, especialmente de Castelo Branco, era da busca de acumulação de capitais a partir de fontes externas. O PAEG, ao tratar do desenvolvimento regional indicava: o aumento da produção primária; investimentos em infra-estrutura; e financiamento da indústria siderúrgica, de metais, de não-ferrosos, química, mecânica, têxtil, extrativa mineral, cimento, construção naval, fertilizantes, papel e celulose⁸¹. O então ministro do Planejamento, Roberto Campos,

⁷⁷ Rodovil Rossi. Carga Tributária Freia o Desenvolvimento. *Condensação da palestra pronunciada pelo diretor do Departamento Jurídico da FIESP/CIESP, por ocasião da visita dos dirigentes e estagiários da ESG*. Revista DE Nº 2 – 1968 (julho/dezembro).

⁷⁸ Utilizamos o resumo do Programa, que fora produzido pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, que é apresentado na Revista DE Nº 1-2 – 1964 (outubro/novembro) p. 2-36.

⁷⁹ JORNADA, M. Os industriais gaúchos e a política salarial: “Por quem os sinos dobram?”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 10(1): 47-72, 1989. O artigo apresenta o significativo apoio dos industriais gaúchos às políticas de restrição de salários imposta pela ditadura, o que demonstra o caráter conservador e autoritário desse setor.

⁸⁰ Marcus Vinícios de Oliveira. Problemas da Acumulação de Capitais nas Economias Subdesenvolvidas. *Revista DE*, Nº 5 – 64 (fevereiro), p. 3-5.

⁸¹ Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário: 1964 – 1966. *Revista DE*, Nº 1-2 – 64 (novembro/dezembro), p. 2-36.

apresenta posição equivalente, talvez ressaltando um pouco mais a importância do setor primário⁸².

Por ter sido feita essa escolha para a política econômica (talvez a única possibilidade efetiva para as classes dominantes), alguns resultados foram obtidos, que retomamos: o endividamento externo cresceu⁸³, os salários em média decresceram e as exportações conduziram o crescimento do PIB. A partir desses elementos avaliamos que a criação de um mercado de consumo interno ainda não era o interesse principal dos setores hegemônicos, ao menos inicialmente. Talvez, ainda não pudesse ser construído de modo satisfatório às empresas multinacionais, principalmente por não haver capacidade de conciliar a sobre-exploração de grande parte da população com a criação de um mercado de consumo. Seria necessária uma maturidade política e econômica maior, em que estivessem consolidadas novas relações de trabalho⁸⁴ e solidificada a dominação política. É interessante que a revista tem, como principal argumento de sustentação ideológica, a defesa da expansão do mercado interno. A defesa da “democratização do capital” constituía a abertura das empresas ao mercado de ações, em que os autores mais idealistas (ou cínicos) afirmavam que até os trabalhadores deveriam ser estimulados a participar comprando ações, enquanto os mais pragmáticos afirmavam que preferencialmente seriam setores das classes médias e altas. A abertura das empresas ao mercado poderia significar uma estratégia para a conquista pelo capital monopolista, com suas multinacionais, mas os autores o apresentam, predominantemente, como uma forma de solucionar os problemas sociais dentro do capitalismo, além de fornecer o necessário capital para ser investido. Ainda podemos perceber isso na defesa da “humanização do trabalho”, que apresentava, além da defesa de melhores condições de trabalho e assistência, aumentos salariais⁸⁵ e, também, na constante argumentação em favor da produção para o consumo.

⁸² “Aqui mesmo no Rio Grande do Sul, a intensa atividade agro-industrial, representada, entre outros itens, pelo beneficiamento do arroz, frigoríficos de suínos e bovinos, tecelagem de lá, óleos e gorduras vegetais, fabricação de linho, inseticida da flor de piretro, indústrias de couro, fumo e madeira – nos leva forçosamente a acreditar que uma política agressiva de exportações, elaborada com pleno conhecimento das possibilidades regionais, dará grande impulso à economia do Estado e do País.” Roberto Campos. A realidade brasileira e os planos de reconstrução. *Transcrição de conferência realizada UFRGS, em 17/09*. Revista DE, Nº 11-12 – 64 (agosto/setembro) p. 53-63.

⁸³ Podemos citar o artigo: Brasil em 2º lugar na dívida externa [sem referências]. Revista DE, Nº 3 – 67 (maio/junho), p. 12.

⁸⁴ Esse é um tema importante para a revista DE, pois era visto como um dos elementos fundamentais para a “modernização” das empresas.

⁸⁵ De certo modo se inspirando num modelo fordista, que é apresentado em alguns momentos como o ideal para as indústrias brasileiras.

Não negamos que esse discurso tinha a intenção de aproximar diversos setores, sob uma coesão negativa – temor gerado pela instabilidade social – e baixo alguns pontos de acordo, mas consideramos que também representou um anseio verdadeiro, de parte da burguesia gaúcha. Isso porque, buscaram manter seu posicionamento, apesar das dificuldades que a ditadura gerava, tornando cada vez menor a possibilidade de conciliar a defesa da estabilidade gerada com os caminhos da política econômica. Observando a formação do IPESUL e de seu discurso, podemos propor dois caminhos explicativos, seguindo a interpretação de Florestan Fernandes: a partir de uma perspectiva interna, onde a burguesia constrói uma utopia de desenvolvimento, em que poderia superar elementos atrasados e não sucumbir à dominação estrangeira, proporcionando um processo relativamente autônomo⁸⁶. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do mercado interno seria possível, mas implicaria romper com a ordem dependente e agir de forma contrária a muitas multinacionais já instaladas no país; e a segunda, a partir da ação dos representantes do capitalismo monopolista, que analisavam que o apoio interno era fundamental para a imposição de seus interesses. O domínio econômico, que passou por um processo de amadurecimento e expansão progressivo, não seria suficiente para impor as transformações profundas que eram necessárias⁸⁷. Por isso, buscaram desenvolver seu domínio e permitiram certa autonomia da burguesia interna. Essa sobreposição nos ajuda a compreender a existência de divergências no discurso exposto pela revista DE.

5. Considerações finais

A atuação dos governos militares seguiu, em grande parte, o projeto dos setores mais poderosos e bem representados nos centros de poder, os setores hegemônicos das classes dominantes⁸⁸. Não poderia ultrapassar, também, os limites impostos a um país de capitalismo subdesenvolvido e dependente, que voltava a receber intensa atenção do imperialismo. Ao menos sem provocar uma tremenda ruptura com a ordem vigente. Segundo Florestan Fernandes (1974, p. 261): “O Estado nacional brasileiro sucumbiu aos interesses de classe que ele representa. O “capitalismo de Estado”, que ele fomentou, cingiu-se às funções que a intervenção econômica e política estatal deveria preencher para que a irrupção do capitalismo

⁸⁶ Fernandes (1974) p. 299.

⁸⁷ *Ibid* p. 257

⁸⁸ Considerando como setor hegemônico aquele que é apresentado por Dreifuss (1981) como representante do capital multinacional e associado, que passa a compor quadros de comando nos governos militares.

monopolista se tornasse viável e irreversível.”. Portanto, é fundamental ressaltar que a atuação do Estado ocorreria de forma profundamente protecionista, cabendo ao nacionalismo apenas uma função quase só discursiva e vazia⁸⁹. Assim como não defende uma forma nacionalista, ou melhor, autônoma de desenvolvimento capitalista, não serve a todos os setores da burguesia da mesma forma. Fundamentamos essa análise nos indícios proporcionados pelos dados da economia do período, pelas ações do governo e pela repercussão dos primeiros na revista.

Portanto, o Estado desempenhou função fundamental na superação dos limites do desenvolvimento do capitalismo competitivo e da implementação do monopolista. Esses elementos fazem parte do que Florestan Fernandes (1974) considera como a “crise do poder burguês”, que teve sua solução no âmbito político, pela articulação de diferentes segmentos da burguesia. Assim, “A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade”.”⁹⁰. Esse processo é compreendido como uma “revolução institucional”.

⁸⁹ Mesmo não sendo dominantes, podemos encontrar defesas do abandono do nacionalismo, em que se argumenta que é uma forma ultrapassada e atordoante à ação. Vide: Roberto Campos. Nacionalismo. Revista DE, Nº 2 – 69 (abril/julho), p. 16-17.

⁹⁰ Fernandes (1974) p. 219.

III. Formação do consenso burguês

1. Considerações preliminares

Nesse capítulo buscaremos desenvolver a análise sobre o discurso da revista DE parte da formação de consciência de classe. Isso nos serve para entendermos como se compreendiam frente às relações de produção e em relação com as outras classes, para que, assim, seja mais claro o posicionamento político que adotaram. Perceberemos que o processo de formação de consciência não ocorre sem contradições, não disponibilizando um todo coeso sobre uma linha de ação. Apesar disso, podemos desvendar parte de seu conteúdo através da análise à luz de algumas teorias e suas categorias mediadoras. A análise de Florestan Fernandes continua a representar uma obra coerente com nosso tema e problema de pesquisa, possibilitando condições para buscarmos a superação das aparências. Seguirá nos acompanhando como principal referência teórica.

Partiremos da análise que realizamos no capítulo anterior, pois consideramos que proporciona base sólida para que possamos avançar. Conforme as evidências empíricas e analíticas de autores já apresentadas, podemos afirmar o Estado foi central para o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Mesmo que se questione a existência de uma transformação do sistema econômico⁹¹, assim questionando o desenvolvimento do capitalismo monopolista, nos parece muito difícil minimizar a presença incisiva do Estado durante o período da ditadura civil-militar. Sendo mais evidente nos âmbitos político, cultural e social, também teve grande protagonismo no econômico. Além dessa constatação, esperamos ter obtido sucesso em evidenciar o caráter de representação de classe do Estado. Não retomamos a (indispensável) produção marxista sobre o tema⁹², porque buscamos partir

⁹¹ Indo em oposição à diversos autores, como os já citados Florestan Fernandes, René Dreifuss, Maria Moreira Alves, Michel Beud, ou os não citados Octavio Ianni, Moniz Bandeira, Caio Navarro de Toledo, entre outros.

⁹² Além de ser um posicionamento intelectual com o qual concordamos, as discussões sobre o Estado são muito significativas para o marxismo. Apesar de ser uma discussão complexa e extensa, que não poderíamos incluir aqui, cabe uma crítica aérea, que observe uma questão que nos parece indispensável. Depois de nossa pesquisa, se tornou evidente a necessidade da devida contextualização da realidade analisada, que serviu de base para a produção de abstrações sobre o Estado. Por isso é nos parece correto que não sejam reproduzidas explicações de outras realidades ao Brasil, assim como a outros países da América-Latina. Utilizá-las para comparações é fundamental, até porque ocorre uma inserção crescente a algumas relações e pensamentos hegemônicos, de países dominantes, mas isso nunca é total e sem mediações.

das evidências que nossa fonte nos proporcionou e das contribuições de análises específicas da realidade brasileira. Compreendemos que essa é uma forma de tomarmos referências mais ricas para uma realidade específica, ainda que integrada a um todo, de abrangência mundial, que exerce enorme influência. Assim podemos perceber características particulares do Estado brasileiro, que nos auxiliaram a compreender o posicionamento e as disputas entre as classes, sejam elas antagonistas ou não, mas divergentes em alguns pontos. No período que estudamos, percebemos uma tensão entre diferentes sujeitos e perspectivas: uns provenientes de relações de trabalho mais dinâmicas, que ascendiam; e outro, que se encontrava em certo descenso. Ambos, contudo, pertenciam às classes dominantes, ainda que com algumas diferenças, se apresentavam de um mesmo lado do confronto social inerente a uma sociedade de classes. Confronto que no desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu na forma de dicotomia, talvez menos claro durante os governos “populistas”. Assim, apesar da tensão, foram atendidos anseios básicos, como o controle salarial em níveis muito baixos e imposição da “ordem social”, ao menos num nível superficial, visto haver constante tensão e conflito. Por fim, apontamos que essa tensão entre grupos das classes dominantes se expressavam na revista, o que nos tornou mais clara a existência de desentendimentos no projeto político e econômico. Sobre esse aspecto buscaremos apresentar novos elementos no capítulo que inicia.

2. Violência e consenso

A repressão e o controle policialesco foram as marcas mais evidentes da ditadura civil-militar. Geraram traumas individuais e sociais com a prática indiscriminada de tortura, dos desaparecimentos e das mortes. Desde os primeiros momentos esteve presente a utilização brutal da violência, sendo complemento fundamental da chamada “Operação Limpeza”, que marcou o período de institucionalização. Buscavam “limpar”, do Estado e da sociedade civil, os elementos considerados “sujos” ou “degradados”. Esses, desde o princípio, sentiram a descaracterização de suas condições humanas e de seus direitos, sendo alvo de uma máquina que ainda iria crescer muito. Para coordenar esse processo fora criado o Serviço Nacional de Informação⁹³, que construiu uma rede muito ampla de monitoramento e controle da sociedade. A imposição do AI-5 e a criação dos DOI/CODI representaram o auge da absurda

⁹³ Dreifuss (1981: 422) indica que o SNI foi criado por militares provenientes da ESG, mas que tinham declarada participação do complexo IPES/IBAD. Deste retirou um banco de dados que vinha sendo desenvolvido, que já contava com informações de 400.000 brasileiros.

máquina da ditadura. Porém, cabe ressaltar que essa posição de caráter autoritário, que tinha expressão mais evidente nessa postura policialesca ou militarista, não havia se tornado uma alternativa à aplicação do poder na medida que os tanques avançavam sobre as ruas das cidades. A violência sempre foi (e continua sendo) uma das faces mais conhecidas do Estado para a população, principalmente aos que são marginalizados. A questão social continuava sendo caso de polícia, mesmo que esse discurso passou a não ser proferido da forma altissonante como teria feito Washington Luis, na década de 20. A ditadura iniciada em 1964 teria ultrapassado os limites considerados “aceitáveis”, quando atingiu diretamente a classe média, através de estudantes, professores, advogados, jornalistas. Maria Moreira Alves, que faz uma fundamental da ditadura, através das relações entre o Estado e a oposição, compreende que a ditadura tentou construir um sistema com aparências “democráticas”⁹⁴, sob um intensificado sistema de exploração do trabalho⁹⁵. Isso teria sido impossibilitado pela incapacidade de dividir a oposição, o que é mais claro depois de alguns anos do golpe. O controle e a repressão bateram de frente em alguns setores da sociedade que não conheciam essa face, que normalmente atuava sobre a população pobre e periférica brasileira. Quando atingida, a “elite” da oposição passou a ter maior da intimidade com parte da experiência e das lutas populares, ao menos como oposição. As ações dos governos militares passaram a ser questionadas por importantes organizações da sociedade civil, sendo as mais expressivas a OAB (advogados), a ABI (imprensa) e a CNBB (bispos).

Essa presença constante da violência como *instituição pública* brasileira, pode ser melhor compreendida tomando a análise feita por Florestan Fernandes, da qual já apresentamos os pontos gerais. Este afirma a existência de um constante caráter autoritário como elemento de mediação das relações na sociedade brasileira, que pode apresentar fases mais de maior evidência e outras em que permanece latente. Porém, além da violência, é evidente a busca de consenso com alguns setores da sociedade. Por ser restrito a poucos, apresentava um conteúdo também restrito. A minoria, mais integrada aos centros de poder, de forma direta ou indireta, era quem produzia e recebia esse consenso. Pensar e discutir os caminhos sociais, assim como fazer representar seus interesses, era tarefa para poucos. A

⁹⁴ Conforme podemos evidenciar pela constante tentativa de legitimar suas ações pela manutenção das instituições democráticas, ainda que o Legislativo e o Judiciários permanecessem sob a mira e o controle do Executivo. Assim, salvo exceções, as leis eram aprovadas pelo Legislativo, que era eleito. Além desses elementos materiais, podemos perceber a constante tentativa de legitimação pela afirmação de que se passava por uma “revolução” em favor da “democracia”.

⁹⁵ Alves (2005) p. 143.

criação de consenso entre os setores dominantes é fundamental para a consolidação a nível político da dominação dos setores mais dinâmicos da burguesia multinacional e associada.

O fator político era fundamental para a continuidade das transformações para o capitalismo monopolista. Não se poderia manter um país sob mira de fuzis de forma intermitente, assim como não era possível expandir os elementos da coesão burguesa para a maioria da população. O padrão de dominação que é imposto não é simples, sendo parte de um processo marcado por tensionamentos e contradições. Isso ocorre pela existência de Brasília dentro do Brasil, que é explicada pelo desenvolvimento socioeconômico de um país dependente e subdesenvolvido. Assim temos uma forma específica de relacionamento social, Fernandes Fernandes (1974, p. 302) compreende que:

Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre sociedade civil e Nação. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da sociedade civil (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a Nação a um ente abstrato (ou a uma ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situação nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida”.

Portanto, a busca da formação da “Nação”, que serviria como elemento de coesão de abrangência muito maior, ocorre de forma fraca e descontínua. A conclamação à “Nação”, além de perigosa, seria desnecessária pelo amplo uso do poder de repressão. A luta contra a instabilidade social pode ser compreendida como a luta contra a expressão dos setores populares. A luta contra estes significa a manutenção da ordem e do *status quo*. Assim, a construção da ideologia hegemônica era restrita ao que chama de “sociedade civil”, que apenas incluiria os setores dominantes.

3. “Crise do poder burguês” e formação de coesão burguesa

Trazer elementos da constituição da ditadura nos dá condições de estender a análise retrospectivamente, para as forças que a compuseram. Ou seja, partir dos resultados nos proporciona boas condições de apreender quais foram os fatores determinantes nesse processo. Assim, apresentar a postura repressiva que desenvolveu nos auxilia na compreensão da busca primordial por controle social, que fora motivada pelos elementos que produziram e sustentaram o golpe. Grande parte da coesão intra-classe da burguesia se fez por essa garantia, que ainda proporcionava brutal rebaixamento dos salários. Pensando da mesma forma,

podemos concluir que não houve pressão suficiente de setores da burguesia contrários ao projeto sócio-econômico imposto pela ditadura. Podemos concluir isso, a partir da percepção que não houve uma “revolução contra a ordem”, ainda que tenha havido resistência (inclusive compreendida no “populismo”), e que o projeto de capitalismo monopolista fez as conquistas que lhe eram fundamentais. Cabe compreender, à luz do desenvolvimento histórico do processo, como se garantiu esse controle da burguesia nacional que apresentava distinções internas frente a o projeto a ser implementado. A isso nos dedicaremos.

Para nos aprofundarmos nessa análise, necessitamos retomar alguns elementos já apresentados e indicar novos, que deem a noção da processualidade existente. A formação de determinada consciência faz sentido se confrontada com elementos externos a ela, que indiquem sentidos propositivos. Assim, expomos brevemente nossa compreensão sobre quais as principais questões a envolver e influenciar essa formação específica de consciência. A noção de “crise do poder burguês”, de Florestan Fernandes, é a totalidade mais abrangente para essa questão. Depois de expostas as principais características de nossa fonte, nos sentimos a vontade de colocá-la à luz dessa perspectiva mais abstrata e generalizadora. Buscaremos não enquadrar nossa fonte, mas sim, a analisar por essa noção, que nos servirá de ferramenta.

A “crise do poder burguês” ocorre no momento de transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Este havia adentrado o país através de empresas multinacionais, que agiram de forma esparsa no início, por volta da década de 30. A presença dessas empresas cresceu, principalmente na década de 50, passando progressivamente a ocupar espaços significativos na economia nacional. Trazia consigo uma nova mentalidade, que abrangia a própria concepção fundamental da atuação da burguesia. Fernandes indica que essa nova mentalidade não conseguiu desalojar, a princípio, a que tinha inspirações francesas e era predominante nos meios burgueses e pequeno-burgueses. Essa concepção apresentava uma revolução burguesa de caráter nacional e democrática, que fomentaria o mercado interno e a produção industrial sob a manutenção do capitalismo competitivo. O embate entre essas duas perspectivas ocorre, justamente, pela “crise do poder burguês”, que acumula contradições a partir de três fontes de pressão: 1) Pressões externas pelo dinamismo do capitalismo monopolista mundial. Ela causou perigos a certos interesses econômicos e a certos setores da burguesia. Apresentava o caráter político explícito de Desenvolvimento com

segurança; 2) Setores populares, principal⁹⁶mente pelo proletariado, que pressionavam por um novo pacto social; e 3) Demasiada presença do Estado na economia. O tamanho que assumiu é compreensível pelo processo de desenvolvimento do capitalismo subdesenvolvido e dependente do Brasil. A solução encontrada foi o golpe, que é compreendido como uma solução contrarrevolucionária autodefensiva, que se articulou contra uma conjuntura potencialmente revolucionária, contra a ordem (mas que não apresentava a necessária organização para ocorrer). Contudo, para esse processo ocorrer, foi indispensável a associação dos representantes do capitalismo monopolista com outros setores da burguesia nacional.

4. Consenso para o golpe e sua manutenção

A proposta de nosso trabalho se volta para o período de consolidação da ditadura, principalmente analisando seus protagonistas principais. Contudo, acabamos retrocedendo para antes desse período. Isso porque, podemos perceber que muitos elementos presentes após o golpe são produto de um desenvolvimento que começou em 62, com o início da revista. Portanto, apesar de se manter após 64, tem sua função principal desempenhada no acúmulo de forças golpistas e na coesão necessária para sustentar e influenciar os primeiros momentos da ditadura. Passemos à fonte.

Nossa análise buscara construir linhas gerais a partir dos artigos, para tentarmos compreender o conteúdo desenvolvido. Podemos identificar um núcleo central que faz orbitar ao seu redor outros elementos. O título da revista já nos dá uma dica importante. A “democracia” aparece como o principal objetivo a ser defendido e aprimorado. A definição de “democracia” vinha acompanhada com a “empresa”, que era defendida como a substância básica da vida social. A junção desses dois elementos faz com que afirmem que a liberdade é o valor mais precioso. Claro, liberdade no sentido de poder entregar sua força de trabalho ao mercado, que teria a capacidade de selecionar os mais capazes e produzir melhores condições à sociedade. Contudo, a liberdade econômica que defendiam deveria encontrar limites, para que não vigore uma visão egoísta e exploratória do capitalismo. Encontram esses elementos disciplinadores na moral cristã, que defendia o respeito ao próximo, e em certa atuação reguladora do Estado, mas, principalmente, na percepção de que as tendências do desenvolvimento do capitalismo apontavam para maior peso do mercado de consumo. Além

⁹⁶ Fernandes (1974) p. 217.

de propositiva, no sentido de adaptação a inovações, respondia ao temor da instabilidade social gerada pela pobreza.

A partir disso podemos entender o temor (quase paranoia) que o comunismo proporcionava. Era muito presente e importante, inclusive são publicados estudos de militares sobre a pressão psicossocial que era desenvolvida. Interessante artigo Gal. Antonio Manta⁹⁷, que afirma o perigo gerado pela força acumulada pelos Comandos Sindicais brasileiros. Constituiriam, no início, parte do “dispositivo sindical-militar” do governo Goulart, mas poderiam fugir do controle deste, passando a atuar a semelhança dos soviets soviéticos, que buscariam deslegitimar o Legislativo⁹⁸. Como militar formado na ESG, desenvolve análise dos pontos de pressão promovidos pelos comunistas, dentro dos quadros da guerra psicológica. A exploração e marginalização da maior parte da população encontra uma roupagem adequada dentro dos quadros da Guerra Fria.

Todos os elementos apresentados até aqui dizem respeito à busca de formação de um consenso específico, mas encontramos referências diretas à conquista ideológica da “sociedade civil”, ao menos dos sujeitos “válidos”. De uma forma menos constante, desenvolvem críticas aos “inocentes úteis”⁹⁹, que não percebem as disputas que estão em jogo, deixando de se posicionar de forma crítica ao governo Goulart e ao comunismo. Assim, deixavam-se utilizar por estes, através de diversas formas e intensidades. E os empresários que não cumprem a função social do capital, ou seja, estavam ultrapassados frente às modernas relações de trabalho e produção, ainda se baseando na egoísta exploração do trabalho. Portanto, nenhum dos dois apresenta uma consciência de classe “verdadeira”, que expresse as necessidades impostas pelo momento. Compreendemos que esse discurso serve a dois objetivos principais: afastar indivíduos de outros setores da burguesia; e conquistar novos entusiastas da mentalidade “moderna”, sejam eles de médio ou alto escalão.

A democracia é considerada como o melhor sistema político, mas ainda estaria em processo de desenvolvimento em sentido de um modelo ideal. Afirmam que as transformações necessárias para isso seriam obtidas, principalmente, pela transformação dos indivíduos. A partir disso, podemos compreender a concepção da realidade social que defendem e aplicam em suas análises, em que os indivíduos são a base de onde se parte para

⁹⁷ Antonio Manta. Educação e instrução. Revista DE, Nº 9 – 63 (junho), p. 6-9.

⁹⁸ Configurando, mesmo que não trate, o “duplo poder” analisado por Lenin.

⁹⁹ Entre outros, A. J. Renner. Advertência aos “inocentes úteis” e aos democratas. Revista DE, Nº 4 – 63, p. 36-37.

pensar a sociedade. Num outro sentido, explicita a busca de conquista de novos reprodutores da consciência que estamos apresentando. Em diversos momentos aparece a convocação aos empresários, para que se aprofundem no conhecimento de novas técnicas e tecnologias para aperfeiçoar a produção. Além desse discurso voltado ao administrador presente no empresário, conclama para a atuação política, seja na relação com os trabalhadores ou com outros empresários, seja na imprensa ou dentro das organizações de classe.

Tomando o capitalismo como um sistema em desenvolvimento, que reflete dos indivíduos que o compõe suas características, defendem que siga à construção do que chamam de “Estado Social”, conforme apresentação da revista no seu primeiro artigo¹⁰⁰. Representaria a superação de uma fase do capitalismo, que marcou com grande exploração os trabalhadores e degradação de boa parte da sociedade. Para isso, defendiam que o Trabalho fosse valorizado, garantindo melhores condições de vida à maioria da população. A partir daí se encaixa a defesa da “humanização do trabalho” e da “democratização de capitais”¹⁰¹. Teria, portanto, como fundamento a formação de um mercado de consumo interno. Para a efetivação desses objetivos, a abertura das empresas ao mercado de financeiro era constantemente indicada aos empresários. Ainda dentro dessa concepção de capitalismo almejado, defendiam a criação de Fundações de Assistência aos trabalhadores. Isso era justificado como uma forma de garantir condições mínimas a estes, que confeririam aos empresários a possibilidade de ver sua produtividade aumentada.

A noção de classe é interessante: praticamente não se tratam como burguesia, mas sim como classes produtoras ou empresários. No artigo de apresentação do IPESUL afirmam que não têm caráter de classe, que não representam cunho religioso e que não defendem perspectiva política (nem esquerda nem direita). Salvo engano, os trabalhadores nunca são chamados de proletariado, mas foram chamados em alguns momentos de associados ou parceiros. Mesmo a revista não sendo direcionada para os trabalhadores, esse discurso, que negava os conflitos e, muito menos, as oposições, servia para a própria burguesia. Sendo que todos (Capital e Trabalho) lucrariam, não haveria qualquer senão para a implementação desse modelo. A Igreja Católica foi importante ator em propagar a defesa, ao menos verbal, da harmonização entre o Capital e o Trabalho. A moral católica seria respeitada. Isso se enquadra dentro de uma tentativa discursiva de conciliar o Capital e o Trabalho, retirando a luta de

¹⁰⁰ Esse é um conceito que praticamente não é repetido na sequência da revista, ainda que seu sentido permaneça. IPESUL – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul. Revista DE, Nº 1 – 62, p. 2-9.

¹⁰¹ Esses elementos já foram apresentados no Capítulo 2.

classes como um fruto indispensável dessa relação. O próprio conceito de capitalismo é questionado em alguns artigos, visto que consideram que este seria a experiência ultrapassada de enorme exploração, tendo como exemplo maior a experiência Inglesa do século XIX.

O empresário, como já exposto, tem sua figura construída como o principal responsável e interessado pela manutenção de determinados elementos e superação de outros, dentro de um projeto de sociedade, que parece apontar em linhas dominantes nesse primeiro momento para o desenvolvimento do capitalismo competitivo, ou seja, um capitalismo de cunho nacional e democrático, que se basearia na indústria e no mercado interno. Contudo, como já apresentado, não seria possível um desenvolvimento autônomo sem um processo de ruptura, contra a dominação estrangeira e contra os setores atrasados da economia brasileira. Integrar a população a um mercado interno mais extenso seria o primeiro passo para posterior maior integração à vida política. A distância entre a Nação e a sociedade civil tenderia a diminuir, o que obrigaria a construção de um consenso que agregasse grande parte da sociedade e que apontasse para caminhos comuns e viáveis. Reforçamos que os elementos apresentados foram aqueles que mais foram retomados e que podem ser compreendidos num discurso coeso. Pela presença de diversos autores, de diferentes origens sociais e geográficas, existem alguns pontos destoantes, mas o esforço foi compreender a *linha mestra*, que dá sentido à existência de um periódico.

Tomando o discurso que acabamos de apresentar e as principais ações da ditadura, poderemos perceber significativa distância entre elas. Os elementos propositivos apresentados na revista praticamente não avançaram na ditadura. Esses podem ser compreendidos dentro de um discurso desenvolvimentista, que não encontrou a devida realização frente a “crise do poder burguês” e sua solução golpista, que imprimiu os elementos fundamentais do capitalismo monopolista. Por outro lado, alguns elementos foram profundamente observados, mas podemos os interpretar como parte de um discurso e de uma postura defensivas, frente a inimigos que poderiam desagregar as divisões sociais estabelecidas. Assim, o anticomunismo, o medo da instabilidade social e econômica, a defesa da sociedade cristã e ocidental, foram a base para gerar a coesão necessária para esse período de transformações. Parece-nos que isso demonstra de forma clara o caráter autocrático e conservador do desenvolvimento do capitalismo nacional, sendo marcada por uma constante conciliação conservadora. Florestan Fernandes (1974, p. 296) indica que a burguesia nacional abandona potenciais diferenças ideológicas para abraçar a luta por uma causa comum:

A burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Isso introduz um elemento político em seus comportamentos de classe que não é típico do capitalismo especialmente nas fases de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos. Essa variação, puramente histórica, é no entanto central para que se entenda o crescente divórcio que se dá entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa. Entre a ruína final e o enrijecimento, essas burguesias não têm muita escolha propriamente política isto é, “racional”, “inteligente” e “deliberada”. O idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo burocrático-burguês mais ou menos congruente.

5. Aumento da influência do capitalismo monopolista

Até aqui se discutiu a formação de uma consciência de classe necessária ao golpe e aos primeiros momentos da efetivação da ditadura. Passemos para o que consideramos um período de maior tensão dentro da coesão criada, em que se disputa a hegemonia da burguesia nacional. Os elementos desenvolvidos no segundo capítulo tratam de algumas questões pertinentes a essa problemática, contudo, não os retomaremos aqui.

A revista representa também um espaço de confronto, em que começa a ganhar mais espaço uma nova mentalidade, uma nova aceitação da situação da burguesia nacional e da atuação do Estado sobre a economia. Devemos lembrar que o IPESUL não era a única instituição de classe do estado, pois existiam outras, experientes e organizadas, com uma atuação política importante, como apresentado por Lameira (2010). Levantamos as hipóteses de que a atuação do IPESUL visava maior construir uma melhor organização e coesão dos setores dominantes locais, mas, também, buscava uma forma de apresentação de uma nova mentalidade. Essa mentalidade estaria em disputa, mas trazia consigo uma estrutura organizacional a nível nacional, que propunha a ação. Parte da disputa é resolvida quando a ditadura começa a mostrar seu programa, que se apresentava como legítimo representante do capitalismo monopolista. Buscaremos expor os argumentos desenvolvidos dentro dessa nova racionalidade, que serviriam para poder exercer uma dominação mais efetiva dos outros setores.

Passa a ser mais comum a afirmação da necessidade da atuação do Estado em pareceria com a iniciativa privada, de forma a beneficiar esta. Essa transformação é de fácil

compreensão, visto que o Estado passou a conter um governo muito mais próximo aos interesses gerais da burguesia e, de forma especial, ao setor monopolista. São produzidos muitos artigos entusiastas ao golpe, em que exaltam a participação civil em articulação com os militares¹⁰². Portanto, haveria apoio a um governo construído pela conjunção de forças militares (sobretudo da ESG, que se relacionava intimamente com o IPES) e civis, que vinham de uma organização profunda. Isso é o que faz defender a alteração de sentido do conceito de “soberania nacional”, que passaria a significar uma relação mais íntima entre o Estado com a empresa privada, de modo a protegerem o país dos inimigos (internos), que se postavam dentro de estratégias da guerra total¹⁰³. A intimidade deveria ser tanta a ponto dos setores dominantes civis se organizarem na forma de um Estado-maior, que possa se relacionar de forma mais efetiva com os centros de poder na construção do governo golpista¹⁰⁴. A presença de militares na revista sofre significativo aumento, como produtores de artigo e membros da diretoria. O aumento da defesa do Estado também pode ser compreendido como a expressão de busca da estabilidade como prioridade, conforme tratam muitos artigos. O controle político, coercitivo, proporcionou condições sociais ideais para todos os setores. Da mesma forma, o combate ao comunismo ainda permanecia como pauta do dia, visto que analisavam estarem os comunistas se organizando para uma contraofensiva baseada, sobretudo, na guerra psicológica.

Podemos perceber um movimento de defesa dos interesses estrangeiros no país, aparecendo de forma cada vez mais relevante a influência dos EUA. Defende-se a utilização do modelo de expansão e desenvolvimento próprio da história desse país. Junto com isso aparece a defesa da abertura do mercado ao capital internacional, que proporcionaria um maior dinamismo interno. Isso representa uma das mais importantes formas de o capital

¹⁰² “Aos empresários, mais algumas palavras: É fundamental que nos capacitemos das transformações por que passa a vida nacional. A Revolução Brasileira, que merece o nosso decidido apoio e solidariedade, não produziu-se para estagnar e, muito menos, para fazer proceder os ponteiros da evolução. Suas finalidades visam, antes de tudo, reencaminhar o país ao verdadeiro progresso, condicionado pelos mais avançados conceitos da moderna democracia ocidental.”. Fábio Araújo Santos. Intervencionismo e Livre Iniciativa. Discurso pronunciado pelo presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e da Associação Comercial de Porto Alegre, durante a posse dos órgãos diretores, para os anos 64/66. Revista DE, Nº 9-10 – 64 (junho/julho), p. 5-10.

¹⁰³ Gal. Anápio Gomes. Contribuição da empresa privada para o poder militar terrestre. *Trabalho para o curso “A Empresa Privada e a Segurança Nacional”*. Revista DE, Nº 9-10 – 64 (junho/julho), p. 38-44. Esse artigo é interessante, porque o general afirma categoricamente o apoio civil para a efetivação da “revolução” e conclama à participação no governo.

¹⁰⁴ Em artigo produzido pelo IPES e reproduzido na revista DE (Nº 8 – 63), intitulado “Defesa das Reformas de Base”, se pode ter a noção do grau de organização e planejamento desse grupo. Muitas das ações desenvolvidas pelo governo de Castelo Branco – de forma rápida, ressalte-se –, foram desenvolvidas meses antes do golpe, caracterizando a formação de um Estado-maior que se preparava para o poder exercer o poder.

internacional influenciar ou controlar as empresas nacionais. Roberto Campos expõe uma crítica tremendamente dura ao nacionalismo, que, segundo ele, teria deixado de aproveitar a fase de desenvolvimento capitalista em que poderia produzir resultados positivos. A manutenção dele somente provocaria atordoamento das empresas e da sociedade brasileira, pois também compreendia que uma maior inserção no mercado internacional promoveria. Dentro da abertura do mercado ao capital internacional se encontra a defesa da abertura ao mercado de ações, onde encontrou predominância o grande capital e as grandes empresas. Isso provocou a diminuição das discussões sobre a “democratização dos capitais”, no sentido de aumentar a participação dos trabalhadores, nas decisões e nos lucros das empresas. Esse elemento foi um dos principais pontos defendidos no primeiro momento, juntamente com a “humanização do trabalho”, que praticamente deixa de aparecer.

Parece-nos que não estavam todos seus interlocutores, necessariamente, em condições de assumirem essa nova mentalidade, devido às bases econômicas em que se sustentavam. Se isso for correto, as pressões trazidas pela abertura dos espaços políticos e econômicos ao interesse do capital multinacional podem ter sido como uma enxurrada sobre muitos dos membros do IPESUL, principalmente em alguns setores urbanos e industriais. Os outros setores, que não foram direta e profundamente afetados pela entrada da força monopolista, puderam dar prosseguimento às suas funções, mesmo que se colocando à margem dos setores mais dinâmicos. Afinal, como já apresentamos, ocorreu a coexistência entre os centros e setores mais dinâmicos com os mais atrasados. Contudo, a existência dessas diferenças econômicas, não alterava a necessidade fundamental da manutenção do controle social através da política interna. Ou seja, os interesses do capitalismo monopolista necessitavam da existência de coesão entre os setores dominantes locais, mesmo que não fosse uma coesão coerente e propositiva. Isso é o que nos parece ao observarmos os discursos após o golpe, pois, houveram algumas transformações, mas elas não foram profundas, dividindo espaço com o discurso que vinha sendo desenvolvido anteriormente. Claro, algumas questões tiveram que ser alteradas, pois o discurso não suportaria contradição tão grande em relação à realidade. Essa pode ser a explicação para a alteração do título da revista após 1969, deixando o conceito de “democracia” para assumir o de “desenvolvimento”. Afinal, após o AI-5, não seria minimamente possível defender a existência de uma “democracia”, por mais restrita que fosse.

A “decisão interna” também seria composta por argumentos de ordem psicossocial e política. O capitalismo monopolista era visto como uma forma possível de superação de algumas heranças coloniais e do capitalismo competitivo dependente (principalmente a herança “populista”). Muitos burgueses nacionais acreditavam que a predominância estrangeira sobre a economia seria passageira, sendo progressivamente substituída pela ação nacional. Portanto, também devemos considerar que o projeto era defendido pela classe dominante e classe média como a forma de solucionar impasses pelos quais se passava.

6. Considerações finais

A revista *Democracia e Empresa*, produzida pelo IPESUL, nos proporcionou condições para perceber que a coesão que aproximou os setores golpistas era encontrada, sobretudo, em elementos restritos à manutenção da ordem e da dominação burguesa. As diferenças que tentamos identificar, entre os grupos dominantes presentes na revista, não eram suficientes para romper com essa acomodação. Portanto, mesmo com potenciais prejuízos, o grupo ligado a um projeto de capitalismo competitivo, com seu caráter de aspiração a relações mais democráticas, como a extensão do mercado, não se colocou de frente ao projeto hegemônico do capitalismo monopolista, que ocupava os centros mais importantes de poder do país. Este trouxe a possibilidade de solucionar a “crise do poder burguês”, que enfrentava a dificuldade de superar seus limites, gerando o que Florestan Fernandes afirma ter sido período potencialmente pré-revolucionário (de 1920 até 1964), que não se concretizou porque não existiam condições para uma revolta antiburguesa (por fatores organizacionais, mas, principalmente, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas). Tudo isso só pode ser compreendido se pensado numa sociedade de capitalismo dependente e subdesenvolvido, que não bastando só isso, ainda era parte da zona de influência da potência capitalista, que se expandia motivada pela Guerra Fria.

Conclusões

Esperamos que o trabalho tenha contribuído para a discussão sobre a participação de setores organizados da sociedade civil, que construíram condições de impor um projeto social de acordo com seus interesses específicos. Nossa fonte nos proporciona a percepção seguida de discursos de exaltação do apoio ativo prestado pelos civis para o golpe e para a construção da ditadura. Além disso, podemos perceber que o projeto de sociedade produzido pelo IPES (principalmente do Rio e de São Paulo, por serem os centros mais dinâmicos e influentes) está presente nas principais determinações políticas e econômicas do governo de Castelo Branco. A formação de um Estado-maior de setores da burguesia pode ser evidenciado com isso. Ainda, depois desses dois elementos, podemos trazer a pesquisa de Dreifuss (1984), que expõe de forma inequívoca a participação de ipesianos nos principais postos de poder. Portanto, parece que podemos acenar de forma mais tranquila para a afirmação da participação civil no golpe, de vários setores, dos mais organizados e poderosos aos mais fragmentados.

Acredito que alguns podem questionar de forma mais veemente a definição da ditadura como civil-militar. Podem ser usados argumentos de que as soluções para os impasses eram realizadas pelos militares; que estes tinham predominância sobre os setores civis, no planejamento e realização de políticas públicas; que os setores mais repressivos poderiam ter crescido de forma excessiva, sendo perdido o elo de controle da ESG e da burguesia nacional. São argumentos importantes, que precisariam de um trabalho de mais fôlego para tratar de forma profunda e qualificada, mas acreditamos que nossas pesquisas na fonte primária e em bibliográfica nos possibilitam refletir sobre isso. Defendemos que a ditadura foi marcada pela participação civil, justificando a utilização do termo civil-militar, numa escolha que não é inócua, que não é um preciosismo conceitual, mas é uma importante afirmação do caráter do processo pelo qual nosso país passou. Assim, reproduzir que a ditadura foi militar é praticamente isentar os civis e sobrevalorizar os militares. Apesar das especificidades das Forças Armadas, essas não possuem legitimidade suficiente para sustentar um projeto tão profundo de transformação da sociedade, ainda mais com uma duração tão longa. Os interesses dos setores dominantes da sociedade civil foram observados, sendo necessária organização e participação destes para que isso ocorresse. O crescimento e progressiva autonomia das forças repressivas, que tinha o SNI parece ser um elemento

correto, coerente com a afirmação que teria dado Golbery do Couto e Silva (um dos maiores intelectuais e articuladores entre os militares), de que haviam criado um monstro e não teria controle sobre ele. Apesar da grande influência da ESG, que era o setor mais próximo e coerente com o IPES, o uso da violência pode ter saído do planejado inicialmente. Essa é uma discussão que deve ser feita, mas não me parece ser o fundamental para definir o caráter da ditadura, pois não revela um projeto claro. Projeto desenvolvido pelo IPES, como representante do capitalismo monopolista, e que marcou o período de institucionalização da ditadura e continuou servindo como referência para a maior parte da sequência da ditadura.

Esperamos ter demonstrado a importância fundamental do Estado para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente quando a “crise do poder burguês” se encontra em uma etapa crítica. Essa grande importância do Estado contrastou com a experiência das economias hegemônicas, que apresentam o desenvolvimento das organizações da sociedade civil, com um discurso relativamente abrangente, para depois assumir o controle do Estado. Em países dependentes como o Brasil, o Estado pode ser compreendido como a ferramenta principal de dominação sobre a maior parte da população, por uma minoria que resguarda a si e para si a produção dos discursos hegemônicos. A forma como ocorre o desenvolvimento do capitalismo, marcado pela dependência e pelo atraso em relação às economias centrais, necessita dessa divisão, que é fundamental para a exploração do sobre-trabalho dos trabalhadores.

A classe social que utiliza vai ao Estado para garantir seus interesses também encontra dificuldades para se relacionar com dinâmicas externas e internas. Buscamos demonstrar ao longo do trabalho a dificuldade de se criar coesão dentro da burguesia brasileira, que pode se aproximar, de forma efetiva, num esforço autodefensivo que produziu o golpe de 1964. Essa união *negativa*, baseada na oposição às possíveis pressões e às instabilidades sociais aproximou setores com interesses relativamente distintos: os defensores do capitalismo competitivo; e os do capitalismo monopolista. Essa é uma interpretação que fazemos sem que nossa fonte nos dê total segurança (devido suas características específicas), mas que nos arriscamos a fazer apoiados numa interpretação estrutural de Florestan Fernandes e de nossa aproximação com as transformações econômicas do período e o discurso que se produziu sobre elas. Parte dessa dúvida pode ser compreendida pela percepção clara da existência de diferentes perspectivas entre distintos segmentos das classes dominantes e regiões do país. Esse é um dos elementos mais significativos trazidos pelo trabalho, pois aponta para a

afirmação da acomodação pragmática sob um projeto unificador, mesmo que as partes não tenham total concordância frente a ele. Os setores mais dinâmicos, ligados ao capitalismo monopolista, proporcionam aos outros um discurso e um projeto hegemônico, que é aceito como forma de defender a conservação da ordem social vigente.

O caráter conservador da burguesia nacional fica evidente, principalmente no que toca a relações sociais e políticas, além da produção cultural (sobre a qual não tratamos durante o trabalho). Existe uma defesa sociológica de que o medo impera nas relações e transformações no Brasil, sendo um dos motivos para ferrenho anti-comunismo, para o apoio de diversos setores da sociedade ao golpe, pelo conservadorismo, etc. Parece-nos um elemento muito importante, que é recorrente e utilizado em nosso presente, mas que compreendemos que aparece mais como consequência do que como causa, portanto pode proporcionar uma explicação limitada para os processos. Uma compreensão abrangente da sociedade brasileira, que é fruto de um desenvolvimento histórico específico, nos proporciona perceber elementos que apresentam certa continuidade, inclusive na cultura. Florestan Fernandes nos proporciona uma análise dessas, que aponta para o caráter autoritário utilizado pelos setores dominantes, em diferentes momentos da história brasileira, para a manutenção das relações de dominação interna e externa. O medo estaria presente naqueles que são violentados pela exploração econômica e pela violência do Estado ou de poderosos, mas também estaria nas elites, que percebem sua posição instável frente a dominação externa e a exploração brutal que devem manter internamente.

A revista *DE* começa a vislumbrar seu fim já em 68, quando têm apenas duas edições publicadas durante o ano. Em algumas oportunidades os produtores da revista aproveitam para afirmarem que passavam por dificuldades econômicas, sendo necessário maior apoio dos “homens de empresa”, que deveriam assinar a revista e contribuir com propagandas. A revista não apresentava um valor alto de venda, mas também não teria um grande custo. Levantamos duas hipóteses, que vão além da pouco convincente dificuldade econômica. Primeiro, consideramos que a revista perdeu qualquer legitimidade em relação ao seu discurso original, de defesa da “democracia” e das reformas do capitalismo. Uma ditadura que intensifica a dependência a forças estrangeiras deve ser um grande desafio retórico; segundo, a revista pode já ter cumprido a função para o que havia sido criada, que era a elaboração de bases mínimas entre setores de classe média e a burguesia. Caso a revista ainda apresentação

importância para os setores dominantes, não seriam problemas econômicos a impedir que fosse produzida.

Por fim, indicamos algumas possibilidades de pesquisa suscitadas pelo desenvolvimento do trabalho. Análise das transformações dos componentes da revista, através da pesquisa sobre a relação de cada um de seus membros dentro da economia estadual. Assim pode-se evidenciar o predomínio de algum setor em relação aos outros, o que tornaria mais claras as posições assumidas pela revista, podendo afirmar categoricamente se eram representantes da totalidade da burguesia gaúcha ou não. Outra possibilidade é a pesquisa sobre a ocupação das lideranças do IPESUL de cargos nos governos estadual e federal, o que indicaria a influência desse grupo em espaços de poder, ainda que limitados frente a concentração no Executivo federal. Por fim, levantamos a possibilidade de fazer uma pesquisa comparativa entre organizações de estudos e organização da burguesia (como o IPES), em diferentes países da América Latina. Podemos perceber que o IPESUL reproduziu vários artigos dessas outras organizações, buscando produzir uma imagem de coerência e conexão entre elas.

Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984). Edusc, 2005 .
- BEAUD, Michel. História do Capitalismo de 1500 até nossos dias. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- CASTELO, Rodrigo. Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. (Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fmarxismo21.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2012%2F11%2FR-C-Branco-FF.pdf&ei=5FpwVM7wKsOVNs-Eg5AO&usg=AFQjCNG1ws3_DzDBI--zRdiesZNam1PK8A)
- COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. 2000. (Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>)
- DREIFUSS, R. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972 (2ª edição 1975).
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. FERNANDES, Heloísa (compiladora). Dominación y desigualdade: el dilema social latinoamericano. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2008.
- HERRLEIN, Ronaldo. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. *In*: Ensaios FEE, Porto Alegre v. 23, número especial, p. 645-668, 2002.
- IANNI, Octavio (org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- JORNADA, Maria Isabel Herz da. Os industriais gaúchos e a política salarial: “Por quem os sinos dobram”. *In*: Ensaios FEE, Porto Alegre, 10 (1): 47-72, 1989.
- KUHN, Fábio. Breve história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Leitura XII, 2007 (3ª ed. ampliada).
- LEMO, Renato Luís Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Artigo proveniente do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sem data. (Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/imagens/textos/Contrarrevolucao_e_ditadura_no_Brasil.pdf)
- MATHIAS, Suzeley Kalil. A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e Educação, 1963-1990. Unesp, 2003.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In: A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Consequência*, 2014.

MORAES, Thiago Aguiar de. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação para obtenção do mestrado. PUCRS, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005. Tese de Doutorado.

SILVA, Alexandre Gonzalez da. O comportamento da indústria gaúcha durante o regime militar 1964-1985. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas. UFRGS, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Brasileira História*, volume 24 nº 47. São Paulo, 2004.